

Relatório & Contas 2007

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Índice

Geral

Corpos Sociais	4
Declaração do Conselho de Administração	5
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	7
Extracto de Acta de Assembleia Geral de 11 de Abril - Contas Individuais	8
Extracto de Acta de Assembleia Geral de 11 de Abril - Contas Consolidadas	10
Árvore do Grupo	11
Informação Geral	12

Relatório e Contas Individual

Indicadores Financeiros	14
Relatório do Conselho de Administração	15
Relatório sobre o Governo da Sociedade	27
Demonstrações Financeiras	37
Relatórios de Auditoria	59

Relatório e Contas Consolidado

Indicadores Financeiros	62
Relatório do Conselho de Administração	63
Demonstrações Financeiras	68
Relatórios de Auditoria	115



Geral

Corpos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Manuel de Oliveira Marques - Presidente
José Lourenço Abreu Teixeira – Vice-Presidente
Manuel Fernando Monteiro da Silva – 1º Secretário
Maria Olívia Almeida Madureira – 2º Secretário

Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata – Vogal
Alain Uyttenhoven – Vogal
Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal
Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal
Ana Maria Martins Caetano – Vogal

Toshiro Hayashi – Suplente

Conselho Fiscal

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente
Kazuki Ogura - Vogal
António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por António Maia Pimpão - Vogal
Fernando Sousa Matos Pires - Suplente

Revisor Oficial de Contas

Jorge Manuel Araújo de Beja Neves em representação de
Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA.

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro - Suplente

Declaração do Conselho de Administração

A presente declaração é emitida nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários e refere-se às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa") relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, na medida do nosso melhor conhecimento e crer, as seguintes informações :

1. As demonstrações financeiras não se encontram afectadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
2. Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
3. Não se verificaram:
 - a) Irregularidades envolvendo a Administração ou empregados que desempenhem um papel importante nos sistemas de controlo interno contabilístico.
 - b) Irregularidades envolvendo outros empregados que pudessem ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.
 - c) Comunicações de entidades oficiais ou para-oficiais relativamente ao não cumprimento, ou ao deficiente cumprimento, de disposições legais e regulamentares que pudessem ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.
4. Não existem:
 - a) Violações ou possíveis violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e protecção dos consumidores, aplicáveis à Empresa ou ao sector, cujos efeitos devessem ter sido considerados nas demonstrações financeiras como um prejuízo contingente ou explicitadas em nota às mesmas.
 - b) Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser provisionados nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer nas respectivas notas.
5. Os registos contabilísticos que suportam as demonstrações financeiras reflectem com clareza e exactidão, em razoável detalhe, todas as transacções da Empresa e do Grupo Toyota Caetano.
6. Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
7. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspecções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.
8. A Empresa e o Grupo Toyota Caetano não registou e/ou pagou quaisquer montantes que se encontrem suportados por documentos que não cumpram - em termos formais ou de facto - os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transacções efectivas realizadas pela mesma. Todas e apenas transacções efectuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do período, se encontram devidamente suportados e reflectidos nos

registos contabilísticos da Empresa em 31 de Dezembro de 2007.

9. A Empresa, seus administradores, membros dos restantes órgãos sociais e sócios ou accionistas deram cumprimento a todas as disposições, exigidas legalmente ou pelos estatutos, para todas as transacções ou eventos ocorridos durante o exercício. Tais transacções e eventos foram relevados adequadamente nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão.

10. Não ocorreram quaisquer factos subsequentemente a 31 de Dezembro de 2007, para além dos mencionados no Anexo às demonstrações financeiras, que devessem ser reflectidos nas demonstrações financeiras ou de outro modo dados a conhecer, de forma a evitar uma incorrecta interpretação das mesmas.

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Alain Uyttenhoven
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas da Toyota Caetano Portugal referentes ao exercício de 2007 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos durante o exercício ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação por amostragem dos respectivos registos.

3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. Analisamos o relatório de auditoria e a Certificação Legal das Contas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com os quais concordamos.

5. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:

a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007;

b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 20 de Março de 2008

O Conselho Fiscal

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente

Kazuki Ogura

António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por

António Maia Pimpão

Extracto de Acta de reunião da Assembleia Geral realizada em 11 de Abril de 2008

Nos termos e para os efeitos legais, publica-se o extracto da Acta número 78 referente às Contas Individuais e da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2007, aprovadas na Assembleia Geral da Sociedade, a qual teve lugar no dia 11 de Abril de 2008, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia. -----

Aos onze dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas onze horas, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, devidamente convocada, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, os accionistas desta Sociedade TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., cujo capital social é de 35.000.000 € e com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia e de pessoa colectiva 500 239 037. -----

(...)

Encontravam-se presentes, conforme se vê e consta da lista de presenças os seguintes accionistas: -----

(...)

Cujo capital que representavam somava 32.753.394 € ou seja 93,5811%. -----

A ordem do dia era a seguinte: -----

(...)

a) Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Balanço e Contas da Sociedade referente ao exercício de 2007; -----

(...)

c) Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados; -----

(...)

Iniciados os trabalhos, passou-se à discussão e análise da alínea a) da convocatória, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Professor Dr. Manuel de Oliveira Marques, procedido à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, referente a esta alínea, a qual tinha a redacção seguinte: -----
 “Nos termos e para os efeitos da alínea a) do nº 1 do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração tem a honra de propor à apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício, para que sobre tais documentos tomem as deliberações que nos termos da lei se impõem”.

Finda a sua discussão e análise, efectuou-se a votação, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral anunciado que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Balanço e Contas, e demais documentos relativos ao exercício de 2007, tinham sido aprovados por unanimidade. -----

(...)

Seguidamente, passou-se à discussão e análise da proposta de aplicação de resultados, logo após, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Professor Dr. Manuel de Oliveira Marques, procedeu à leitura integral da proposta apresentada pelo Conselho de Administração sobre a Aplicação de Resultados a qual era do teor seguinte:

“A actividade desta Sociedade TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., conforme flue da sua conta de Lucros e Perdas gerou um Resultado Líquido de Impostos de 10.706.465,51 €. -----

O Conselho de Administração, tendo em conta a política que vem sendo seguida, propõe a seguinte aplicação de tal resultado: -----

a) Para reforço da Reserva Legal	540.000,00 €
b) Para Atribuição aos Corpos Sociais Dirigentes e Colaboradores, a título de participação nos lucros Relativo à quota parte aferida e congruente com o trabalho e dedicação por todos desempenhado.	1.280.000,00 €
c) Para dividendos a atribuir ao capital 0,25 € por acção, o que atento o seu número 35.000.000 de acções, perfaz	8.750.000,00 €
d) O remanescente para reforço de Reservas Livres	136.465,51 €

Esta proposta foi posta à discussão da Assembleia, e não tendo sobre ela incidido qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu-a à votação, verificando-se a sua aprovação por unanimidade. (...)

Vila Nova de Gaia, 11 de Abril de 2008

O Secretário da Sociedade da Toyota Caetano Portugal, S.A.
António Carneiro Ribeiro

Extracto de Acta de reunião da Assembleia Geral realizada em 11 de Abril de 2008

Nos termos e para os efeitos legais, publica-se o extracto da Acta número 78 referente às Contas Consolidadas do exercício de 2007, aprovadas na Assembleia Geral da Sociedade, a qual teve lugar no dia 11 de Abril de 2008, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia.

Aos onze dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas onze horas, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, devidamente convocada, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, os accionistas desta Sociedade TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., cujo capital social é de 35.000.000 € e com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia e de pessoa colectiva 500 239 037. -----
(...)

Encontravam-se presentes, conforme se vê e consta da lista de presenças os seguintes accionistas: -----
(...)

Cujo capital que representavam somava 32.753.394 € ou seja 93,5811%. -----

A ordem do dia era a seguinte: -----
(...)

b) Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, Balanço Consolidado e demais Contas Consolidadas da Sociedade, referente ao exercício de 2007; -----
(...)

De seguida, passou-se à apreciação e análise da matéria constante da alínea b) da Convocatória, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Professor Dr. Manuel de Oliveira Marques, procedido à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, referente a esta alínea, a qual tinha a redacção seguinte:-----

“Nos termos e para os efeitos da alínea a) do nº 1 do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração tem a honra de propor à apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício, para que sobre tais documentos tomem as deliberações que nos termos da lei se impõem.” -----

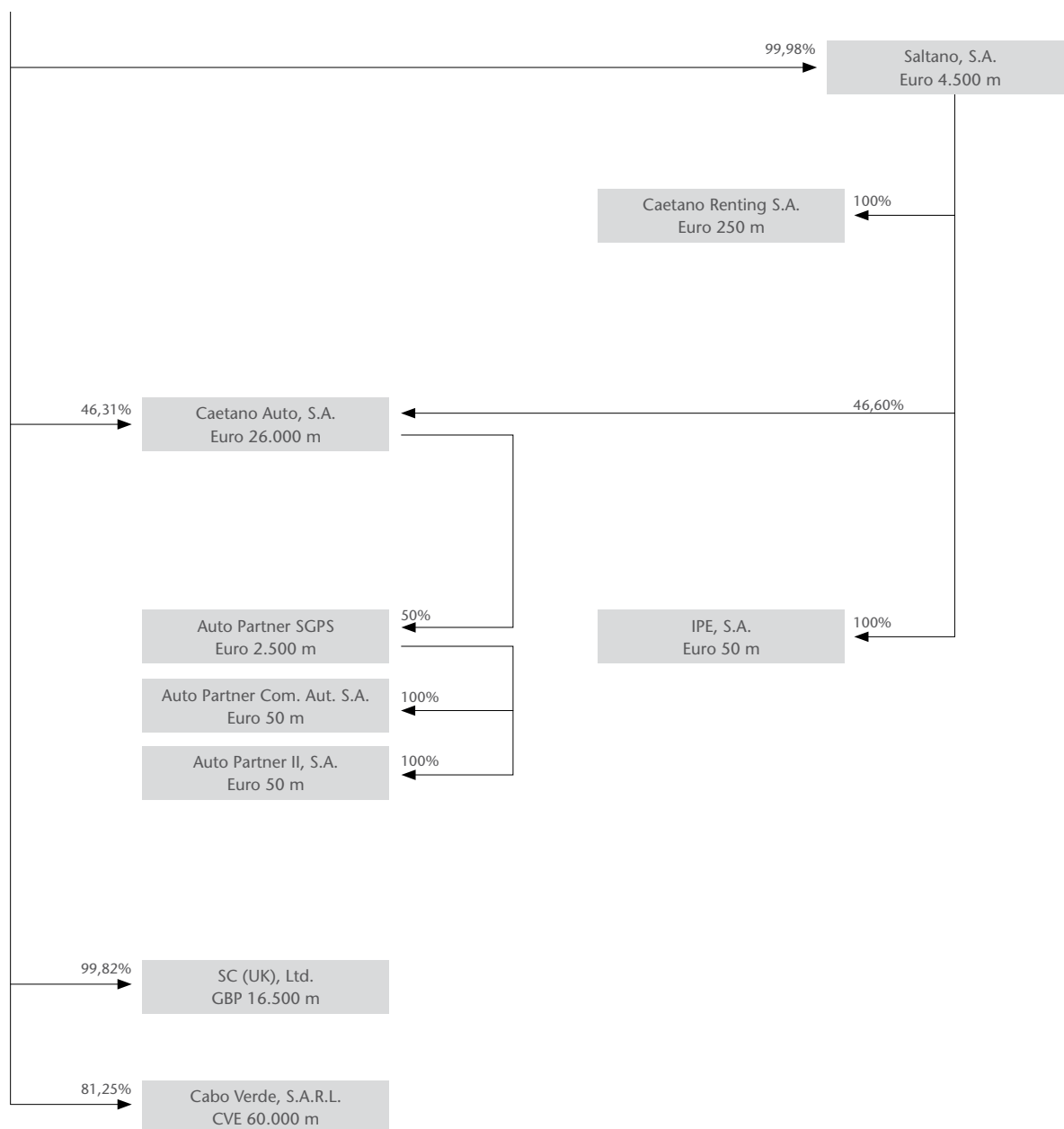
Finda a sua discussão e análise, efectuou-se a votação, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, anunciado que o Relatório Consolidado e demais Contas Consolidadas, onde consta o resultado Consolidado de 11.525.897 €, e os demais documentos consolidados relativos ao exercício de 2007, tinham sido aprovados por unanimidade. -----
(...)

Vila Nova de Gaia, 11 de Abril de 2008

O Secretário da Sociedade da Toyota Caetano Portugal, S.A.
António Carneiro Ribeiro

Árvore do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A.

Toyota Caetano Portugal, S.A. | Euro 35.000 m



Informação geral

Sede

Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
Telef. 22.7867000 – Fax 22.7867215

Unidade Fabril de Ovar

Olho Marinho – 3885-100 Arada
Telef. 256.790000 – Fax 256.790005

Direcção Regional Sul

Carregado
E.N. 3 – Carregado – Apartado 23 – 2584-908 Carregado
Telef. 263.857200 – Fax 263.857208

Data de Constituição: 4 de Julho de 1946
N.I.P.C. 500 239 037
Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia N° 500239037
Capital Social Euro 35.000.000
Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa

Relatório e Contas Individual



Indicadores Financeiros Não Consolidados

	(Euros)		
	2007	2006	2005
Vendas	424.634.355	382.660.904	363.451.350
Cash-flow bruto	20.189.612	17.308.007	17.086.824
Resultado líquido	10.706.466	7.801.782	7.133.354
Encargos financeiros líquidos	3.122.414	4.499.316	2.933.614
Custos com o pessoal	18.787.910	21.501.694	20.638.013
Investimento líquido	-13.306.602	3.605.668	21.142.156
Fundo de maneoio bruto	46.121.076	17.043.256	26.047.641
VAB	52.842.063	50.462.279	46.213.599
Unidades vendidas	24.012	22.018	20.744
Volume de emprego	698	813	818

Relatório do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Neste preciso dia em que, mais uma vez, tenho o privilégio de trazer ao Vosso conhecimento o relato do que foi mais um exercício económico do nosso grupo de empresas, completam-se quarenta anos desde que naquele tão distante, mas tão próximo, dia 17 de Fevereiro de 1968 subscrevi um acordo com a então TOYOTA MOTOR SALES, Co., Ltd., para a importação montagem e distribuição de veículos automóveis TOYOTA, para Portugal continental, Açores e Madeira.

Parece-me pois, neste momento, exclusivamente importante salientar quanto gratificante tem sido para nós o exercício de uma parceria de tanto sucesso, porque bem suportada em grande amizade e desenvolvida ao longo dos anos com enorme profissionalismo, num ambiente de transparente confiança e intocável respeito por todos os interesses dela decorrentes.

Tenho a certeza que o futuro da TOYOTA será cada vez mais promissor, neste mundo também cada vez mais globalizado e com exigências sempre acrescidas em todos os domínios, muito especialmente em termos ambientais.

Tenho também a certeza que saberemos acompanhar, partilhar e até contribuir para que esse futuro passe por Portugal, O ajude a crescer e a convergir no seio dos seus parceiros europeus.

Começa a ser um desejo antigo, mas vale a pena continuar a persegui-lo.

Salvador Fernandes Caetano
Presidente

ACTIVIDADE INDUSTRIAL

Divisão Fabril de Ovar

O ano de 2007 na Divisão Fabril de Ovar foi de crescimento em todas as actividades.

A actividade principal (montagem de veículos comerciais Toyota), apresentou um acréscimo de 29% face à produção de 2006, com 4.924 unidades montadas. O modelo Dyna continua a ser o principal produto, com um peso de 80% na produção, seguido da Hiace com 16% e dos Chassis Coaster com 4%.

De realçar o crescimento de 98% na produção do modelo Hiace face ao período homólogo do exercício transacto, devido à sua muito boa aceitação no mercado Nacional, ao qual não terá sido alheio o restyling efectuado durante o mês de Novembro de 2006.

No seguimento de anos anteriores, a Dyna para exportação teve também um crescimento acentuado, aumentando a sua produção em 34%. A introdução de novos mercados (Polónia, Espanha e Ilha Reunião) e também o aumento da procura nos mercados já existentes foram factores que acentuaram ainda mais o peso da exportação Dyna no total da produção Toyota o qual atinge já os 60%, contra os 53% do ano transacto.

Produção	2007	2006	2005	2004	2003
Unidades Físicas Toyota	4.924	3.831	3.920	3.050	2.395
Nº. Unidades Homogeneizadas	8.872	7.669	8.742	7.582	6.298
Unidades Físicas Optimo	160	132	148	134	133
Unidades Transformadas	11.682	6.865	6.726	5.628	3.568
Total Colaboradores	343	325	321	325	336

Por sua vez a actividade de mini-autocarros Óptimo obteve em termos globais um aumento de 20% relativamente ao ano anterior, com especial destaque para o mercado nacional que alcançou uma subida de 84% face a 2006. A contrabalançar estiveram os mercados de exportação que perderam 16% face a 2006.

Importa aqui também referir que durante este ano de 2007 e por força de mais uma reestruturação levada a cabo, a comercialização a clientes finais do modelo Optimo (Mercado Nacional+ Exportação) deixou de ser exercida pela DFO.

Finalmente, a actividade de transformação de viaturas registou um aumento de 70% face a 2006.

Globalmente este foi portanto um exercício de relevo para esta unidade industrial tendo-se dado mais alguns passos importantes no sentido da sua plena autonomia operacional e capacidade de geração de emprego, numa zona muito carenciada nesta matéria, para além do seu contributo especial em termos de exportações as quais ultrapassaram os 46 milhões de euros em 2007.

Saliência ainda durante 2007 para alguns factos demonstrativos do dinamismo, empenho e qualidade atingidos nesta unidade fabril como sejam o resultado do TMC Shipping Quality Audit (0.15 D/Unid.), o RVCC (mais de 60 colaboradores certificados), a produção do novo protótipo Optimo (CS700), o reconhecimento exterior (Gestão de Resíduos – Menção Honrosa no projecto PreResi, Gestão Segurança – 1º Prémio Henrique Salgado da Tranquilidade) e campanhas de sensibilização interna (Campanha do Mês Verde, semana Europeia da Segurança e Saúde no Trabalho e Semana da Qualidade).

ACTIVIDADE COMERCIAL

Mercado Total

Mercado	2007	2006	Desvio 2007 vs 2006	
			Qt.	%
Veic. Ligeiros Passageiros	201.828	194.703	7.125	3,7%
Veic. Comerciais Ligeiros	68.421	64.486	3.935	6,1%
Veic. Comerciais Pesados	6.369	5.985	384	6,4%
Total	276.618	265.174	11.444	4,3%

Fonte: ACAP (Matrículas)

Depois de alguns anos de queda ou estagnação nos volumes de vendas automóveis em Portugal, e apesar da crise económica, o ano de 2007 terminou com o registo de 270.249 veículos ligeiros e 6.369 pesados comercializados no mercado nacional, perfazendo um total de 276.618 veículos automóveis, o que corresponde a um aumento de 4,3% face aos números de 2006.

Não obstante esta subida, o mercado continua a ser fortemente impulsionado pelas campanhas Promocionais e de incentivos agressivas, desencadeadas pelas diversas marcas, por forma a sustentar as suas vendas.

O Programa de Incentivo ao Abate de veículos em Fim de Vida, contribuiu decisivamente, para o crescimento do mercado no ano de 2007. Verificou-se um aumento significativo do número de matrículas efectuadas ao abrigo desse Programa, com particular incidência no último trimestre, tendo-se registado um acréscimo de 148,2% face ao ano de 2006.

O Mercado automóvel cresceu acima do inicialmente esperado, apesar da recuperação ténue da actividade económica no nosso País (estima-se que o PIB tenha crescido 1,9% em 2007). Assim sendo, a recuperação projectada da actividade económica, continua insuficiente para permitir o reinício do processo de convergência real em relação à área do euro, o qual foi interrompido no início da década. Perante estes resultados, Portugal desviou-se uma vez mais da convergência face à União Europeia, tendo crescido a taxas inferiores à média europeia pelo 6º ano consecutivo.

A recuperação da economia Portuguesa em 2007 caracterizou-se por uma clara aceleração do investimento empresarial e por uma expansão significativa das exportações de bens e serviços, num contexto de deterioração do mercado de trabalho (a taxa de desemprego ultrapassou no final de 2007 os 8%).

O preço do petróleo continua a evoluir para níveis historicamente elevados assumindo-se como o principal entrave para o crescimento económico a nível mundial. O preço do barril que se situava a 1 de Janeiro de 2007 nos cerca de 59 dólares, chegou a tocar a fasquia dos 100 dólares (+69%), como resultado da crescente procura por parte da Rússia, Índia e China.

Matrículas de Veículos Passageiros (EU 19 e Portugal)

	2007	2006	Variação % Unidades
EU19	15.906.405	15.736.858	1,1%
Portugal	201.828	194.702	3,7%

Fonte: ACEA

Apesar do enquadramento macroeconómico português menos favorável, a evolução do mercado Automóvel de passageiros em Portugal foi mais positiva do que a que se verificou em 2007 na União Europeia dos 19. O mercado Nacional cresceu 3,7%, contra os 1,1% que se verificou na EU19.

Viaturas Toyota

TOYOTA	2007	2006	2007 vs 2006	
			Unidades	%
Veíc. Ligeiros Passageiros	12.097	12.210	-113	-0,9%
Veíc. Comerciais Ligeiros	5.799	4.102	1.697	41,4%
Veíc. Comerciais Pesados	341	283	58	20,5%
Total	18.237	16.595	1.642	9,9%

Fonte: ACAP (Matrículas)

Pelo terceiro ano consecutivo as vendas de viaturas novas Toyota voltaram a crescer. Em 2007 as vendas de viaturas novas Toyota cresceram 9,9%, índice que se posiciona bem acima do crescimento total de mercado (4,3%), o que equivale a dizer que nos encontramos a convergir para o topo da classificação das marcas mais vendidas em Portugal.

Tendo em atenção o nosso objectivo Top5 (ser uma das 5 marcas mais vendidas em Portugal até 2010), é de realçar que voltamos a atenuar o fosso que nos separa das 2 marcas imediatamente precedentes. Em 2007 a Toyota situou-se no 7º lugar (6,6% de quota de mercado) e atenuou em cerca de 0,2 pontos percentuais a sua distância para a 5ª classificada, que neste momento tem uma quota de mercado de 7,2%.

O rejuvenescimento da gama de Comerciais, no final de 2006 assumiu-se como o factor primordial para justificar o crescimento logrado pela nossa marca em 2007. A venda de veículos comerciais Ligeiros cresceu cerca de 41,4% versus 2006, ou seja um crescimento de 1.697 unidades. Esse crescimento verificou-se em todos os modelos, dos quais destacamos a Hilux e Hiace, que apresentaram um crescimento de 70,7% e 60,7% respectivamente.

Realçamos também, a excelente performance comercial do modelo Dyna, produzido na Unidade Fabril de Ovar (tal como a Hiace), já que em 2007 atingiu o topo da classificação no segmento das Chassi & Cab com uma quota de mercado de 25,3% e um crescimento de 12,5%,

O modelo Hilux foi também líder no seu segmento com uma quota de 29,7%.

Contrariamente, ao crescimento verificado na venda de veículos comerciais, a venda de veículos de passageiros sofreu um pequeno decréscimo, -0,9% equivalentes a menos 113 unidades vendidas. Apesar do excelente lançamento do modelo Auris, que encerrou o ano como líder de mercado na carroçaria Hatchback 5 Portas (15% de quota de mercado), e da excelente performance dos modelos Aygo (+4,4% vs 2006), Avensis (+15,6% vs 2006) e Prius (+71,6% vs 2006) não foi possível contrariar a quebra de Vendas no modelo Yaris (-12,5 % vs 2006 ou seja – 546 unidades).

Viaturas Lexus

O ano de 2007 traduziu-se para a Lexus como mais um exercício de boa performance das Gama IS e dos modelos de tecnologia híbrida.

Destes últimos destacamos o excelente comportamento do LS600h, o porta-estandarte da marca.

O crescimento de mais de 21% nas vendas resultou da seguinte evolução:

MODELOS	2007	2006
IS	361	303
GS	40	27
RX	35	34
LS	7	1
TOTAL	443	365

Para 2008 está previsto um novo crescimento de 15% nas vendas globais, suportado essencialmente pela expansão da rede comercial, mas também pela manutenção do bom comportamento dos modelos híbridos e pelo modelo IS.

Máquinas Industriais

Equipamento Industrial Toyota

	Mercado			Equipamento Industrial Toyota				
	2007	2006	Variação %	2007		2006		Variação %
				Qt.	%	Qt.	%	
Empilhadores Contrabalançados	1.516	1.454	4,3	327	21,6	303	20,8	7,9
Equipamento de Armazém	1.586	1.441	10,1	196	12,4	144	10,0	36,1
Total	3.102	2.895	7,2	523	16,9	447	15,4	17,0

Fonte: ACAP

As vendas de equipamento de movimentação de cargas em 2007 corresponderam às expectativas e previsões criadas, tendo-se atingido no final do ano a fasquia de 3102 unidades, o que corresponde a um crescimento de 7,1% em relação a 2006.

Neste período o desempenho das vendas do Equipamento Industrial Toyota foi amplamente satisfatório, pois com um crescimento de 17,0% em relação a 2006, e tendo atingido as 523 unidades, estabeleceu-se um novo recorde de vendas anuais.

Mini-autocarros Toyota

RUBRICAS	2007	2006	Variação %
Mercado Miniautocarros	328	259	26,6
Toyota Optimo	80	55	45,5

Fonte: ACAP

Para esta actividade o ano de 2007 foi muito positivo e reflecte o aumento da procura decorrente da reestruturação da rede escolar e da legislação sobre transporte colectivo de crianças.

Como resultado terminamos o ano com um crescimento de vendas de 45,5%, o qual é significativamente superior ao registado pelo mercado.

Peças

Considerações Gerais

A facturação da Divisão de Após-venda relativa à venda de peças ultrapassou no ano de 2007 os 45,6 M€. Este valor representa um crescimento de 8,6% relativamente ao ano de 2006. No que diz respeito ao orçamento de gestão, o valor previsto foi ultrapassado em 9,6%,

Adicionalmente à venda de peças, passaram a ser também facturados pela Divisão de Após-venda os serviços "Mandatory" (designadamente os "eurocare" e "extracare"). A facturação destes serviços, que se iniciou em Maio 2007, ultrapassou os 1,6M€.

Nota: a análise que apresentamos de seguida diz respeito apenas à venda de peças (não incluindo portanto a venda de serviços "Mandatory").

Distribuição das vendas totais:

	Peso (%) no Total de Vendas	
	Dez06	Dez07
Peças Genuínas Toyota	75,4%	72,8%
Peças de Incorporação Nacional	4,4%	4,8%
Acessórios *	19,1%	21,1%
Merchandising *	1,1%	1,3%

* Os Acessórios e "Merchandising" englobam material genuíno e aquisições no mercado nacional.

A venda de peças Genuínas Toyota representa a maior fatia das vendas globais, tendo sido responsável em 2007, por 72,8% das mesmas. Ainda assim, verifica-se uma diminuição da representatividade destas peças, que em Dezembro de 2006 correspondia a 75,4%. Tal não se deve a um decréscimo da sua performance, comprovado pelo crescimento da facturação, mas antes ao significativo aumento da venda de Acessórios, que de uma quota-parte de 19,1% passou a representar 21,1%. Da mesma forma, mas em proporções menos acentuadas, verificamos que o peso da venda de peças de Incorporação Nacional aumenta 0,4 p.p. e a venda de material "merchandising" regista um crescimento de 0,2 p.p.

Durante o ano de 2007 a venda de peças ao nosso principal cliente, a rede de Concessionários/RTAs, constituiu 80,4% da facturação global o que equivale a 36,7M€. As vendas a este cliente superaram as realizadas em 2006 em 7,5%. Por seu lado, o orçamento de gestão foi ultrapassado em 4,0 p.p.

Notas Finais

A Divisão de Após-venda dedicou, tanto aos diversos programas promocionais que decorreram durante o ano análise, como às principais áreas de actuação deste negócio, o seu melhor empenho. Pretendemos assim, e em estreita colaboração com a rede de Concessionários/RTAs, obter bons resultados de vendas, no âmbito da:

Actividade de balcão - através da manutenção do Programa de Vendas Itinerantes e das suas diversas campanhas realizadas ao longo do ano (direccionadas para clientes profissionais).

Actividade oficial - tendo sempre como objectivo último a melhoria dos níveis de Retenção de Clientes. Alguns exemplos de actividades desenvolvidas são:

- Manutenção/Implementação de Campanhas de Retenção de Clientes, visando incrementar os níveis de fidelização dos proprietários de viaturas à Rede Oficial Toyota. Este ano dedicamos também a nossa actividade ao desenvolvimento / dinamização da responsabilidade social da nossa marca, através da criação da campanha "Toyota Solidária".
- Manutenção do Programa "Challenge Após-Venda" que se tem revelado uma boa ferramenta impulsionadora de venda de peças, acessórios e serviço e que reiniciou no mês de Julho 2007.
- Desenvolvimento e aplicação contínua de medidas que contribuem para melhorar o Grau de Satisfação dos Clientes Toyota;
- Serviço de Pneus Toyota;
- Smart Repair;

Dinamização de novas oportunidades de negócio:

- Aditivos de Combustível
- Alarmes
- Sistemas Bluetooth Parrots
- Sistemas de Navegação Tom Tom
- Sprays de AC

Desejamos, com estas e outras medidas, seguir no caminho certo para a fidelização dos clientes Toyota à nossa Rede de Concessionário / RTA, e repetirmos, senão ultrapassarmos no ano que se está a iniciar os resultados já obtidos.

RECURSOS HUMANOS

A gestão do Capital Humano da Empresa é balizada pela melhoria contínua e pelo respeito pelos outros e assenta no conjunto de valores que aceitamos comumente: respeito pelas regras legais estabelecidas, justiça e equidade externa e interna, competitividade de mercado e igualdade de oportunidades.

É neste enquadramento que procurámos ao longo de 2007, atrair, desenvolver e manter os melhores profissionais contribuindo para a satisfação e desenvolvimento individuais num bom clima de relações humanas e para o êxito da Empresa.

Mantivemos uma grande preocupação na selecção e integração dos novos Colaboradores face a necessidades que a estratégia global da Empresa determinou.

Continuámos a privilegiar a atribuição de estágios, numa lógica de ligação da Empresa às Escolas mas também como forma de estabelecer contacto com eventuais futuros Colaboradores.

A formação e desenvolvimento dos Colaboradores assume desde sempre uma atenção importante na área da Gestão dos Recursos Humanos.

Ao longo deste ano, para além das acções de formação decorrentes do Plano de Formação delineado, e que o quadro evidencia, demos particular atenção ao Programa Novas Oportunidades. De facto, este Programa foi assumido como estratégico em linha com todo o Grupo Salvador Caetano. Até o final de 2007, estavam já envolvidos ao nível de todo o Grupo, aproximadamente 800 Colaboradores, a concluir o Ensino Básico 120 Colaboradores e inscritos para o 12.º ano 95 Colaboradores.

O resultado deste processo é seguramente importante para a pessoa – aumento da auto estima, reaprender a aprender, reequacionar as estratégias e carreiras profissionais, etc..., mas também para a Empresa – disponibilidade para aprender novas metodologias e práticas, diminuição da resistência à mudança, aumento do poder crítico, etc....

Registamos, o reconhecimento deste envolvimento na visita que o Sr. Primeiro-Ministro - Eng.º José Sócrates acompanhado da Ministra da Educação – Dra. Maria de Lurdes Rodrigues, e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social - Dr. José Vieira da Silva, fizeram à Sede da Empresa em Março de 2007, entregando pessoalmente os primeiros Diplomas do 9.º ano.

TIPO DE ACÇÕES	2005		2006		2007	
	Acções	Participantes	Acções	Participantes	Acções	Participantes
Aprendizagem em Alternância	19	263	23	333	15	243
Formação Profissional de Activos	58	1.215	93	2.497	94	1.735
Formação Profissional de Externos	133	1.937	95	2.018	187	4.466
Totais	210	3.415	211	4.848	296	6.444

Na Área da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, para além das actividades de acompanhamento e monitorização global das condições de trabalho e de doenças profissionais, focámos a nossa actividade na melhoria dos Planos de Emergência Internos tendo em conta as condições de segurança das pessoas e bens.

Regoziamo-nos com a menção honrosa atribuída pela Agência Europeia para a S.H.S.T. no Concurso de Boas Práticas nesta Área.

Elaborámos um estudo para a reestruturação de todo o sistema de detecção de incêndios no Perímetro Industrial de Gaia, desenfumagem e rede de incêndios cujos resultados serão implementados num futuro próximo.

Foi possível em 2007, atentos embora às condições gerais da Economia do país, fazer um aumento salarial de 2,5 % bem como naturalmente cumprir com a deliberação da Assembleia Geral de accionistas e pagar uma gratificação aos colaboradores excedendo um milhão de euros.

Pese a preocupação com a idade média dos Colaboradores – recrutando cada vez mais jovens e mais qualificados, verificou-se um pequeno acréscimo relativamente ao ano de 2006:

ESTABELECIMENTO	2007	2006
Vila Nova de Gaia	42,99	42,92
Ovar	39,74	40,24
Delegação Lisboa/Carregado	41,49	38,50
Total	41,25	40,70

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Num exercício em que o sector automóvel registou finalmente algum crescimento (+ 4,3% face a 2006), a marca que representamos continuou a crescer em ritmo mais acelerado (+ 9,9% versus 2006) o que nos permitiu atingir uma quota de mercado de 6,6%.

Conforme já foi sublinhado no relatório do pretérito exercício o objectivo TOP 5 continua bem presente no nosso horizonte, e a nossa inclusão nas 5 marcas mais vendidas em Portugal até 2010, será concerteza uma realidade.

Do ponto de vista exclusivamente financeiro verificou-se também a continuação em 2007 da subida das taxas de referência, ainda que já na parte final do ano a estabilização possa ser a palavra mais adequada para definir a evolução das mesmas, face às tendências opostas de controle inflacionista e necessidade de crescimento económico com que o BCE se tem vindo a deparar.

Por sua vez a Empresa terminou de implementar em 2007 uma estratégia de reestruturação da sua dívida de curto prazo apostando, após a aprovação em Assembleia Geral, na emissão de programas de papel comercial com um “all in cost” bastante interessante.

Uma saliência para o facto de que foi já durante 2007 (precisamente em 2 de Janeiro) que se consubstanciaram as decisões aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro de 2006, e em consequência das quais foram alienadas todas as participações financeiras em Empresas que desenvolviam negócios considerados “exteriores” à actividade Toyota, bem como se procedeu à “cisão” da actividade de Tratamento de Superfície a operar na Unidade Fabril do Carregado.

Resultado do crescimento atrás mencionado foi possível atingir-se em 2007 os 424,6 milhões de Euros de volume de negócios que reflectem um crescimento face a 2006 de 11%, isto apesar dos números de 2006 incluírem cerca de 13,5 milhões de euros respeitantes à actividade de Tratamento de Superfície entretanto “transmitida” no processo de reestruturação referido para uma nova empresa, a “Caetano Coatings, SA.”.

(Milhares Euros)

VENDAS	2007	2006	Var %
Mercado Interno	376.346	340.527	10,5%
Mercado Externo	48.288	42.134	14,6%
Total	424.634	382.661	11,0%

Do quadro acima retiram-se também algumas conclusões sobre o aumento da importância dos mercados externos no volume de negócios da Empresa com especial destaque para o incremento que o projecto de montagem de Dynas para os mercados Europeus e não só pôde atingir, representando mais de 2.300 unidades comercializadas e correspondentes a 30 milhões de euros de facturação anual.

(Milhares de Euros)

ORIGENS DE FUNDOS			APLICAÇÃO DE FUNDOS		
Cash Flow	20.190	45%	Distribuição	7.200	16%
Disponibilidades	3.163	7%	Emp.Obrigacionista	3.750	8%
Clientes	8.321	18%	Bancos	7.178	16%
Desinvestimento	13.307	30%	Fornecedores	1.621	4%
			Estado	1.413	3%
			Stocks	20.377	45%
			IRC	2.999	7%
			Outros	443	1%
Total	44.981	100%	Total	44.981	100%

Responsável por um Cash-Flow superior a 20 milhões de Euros, a actividade do exercício de 2007 registou ainda um encaixe de mais de 15 milhões de Euros proveniente da alienação das participações em Empresas/Actividades consideradas como não-Toyota, o que juntamente com uma melhoria nos ratios de cobrança permitiu uma nova redução do endividamento bancário e a sustentação do crescimento do stock, este como consequência lógica do



maior volume de actividade desenvolvida.

Pese embora o ratio de pagamento de dividendos atingido, a Empresa pôde elevar o seu grau de Autonomia Financeira para uns mais do que satisfatórios 45% mostrando assim que se encontra perfeitamente estabilizada e capaz de enfrentar com confiança os desafios futuros.

Por força de aplicação das taxas máximas em vigor e legalmente aceites, as amortizações do período atingiram os 8 milhões de Euros sendo que no período em análise e por critérios de prudência foram feitos também ajustamentos de cerca de meio milhão de Euros para reforço dos valores afectos à valorização de existências.

Como resultado do atrás exposto e após a estimativa de Imposto sobre o Rendimento, a Empresa pôde atingir um resultado líquido de 10,7 milhões de Euros, o que corresponde a um crescimento de 37% em relação ao exercício de 2006.

Perspectivando um pouco o próximo futuro podemos mais uma vez deixar aqui expressa a ideia de que 2008 será mais um exercício de crescimento para as marcas que representamos, o que se traduzirá num aumento da sua quota de mercado ainda que em termos de resultados económico-financeiros alguma estabilização seja projectável.

Por fim resta-nos atestar que à data da elaboração deste relatório não existia qualquer montante em situação de mora de pagamento na conta do Estado e Outros Entes Públicos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados apurados no exercício, no valor de Euro 10.706.465,51:

Para reforço da Reserva Legal.....Eur: 540.000,00

Para dividendos a atribuir ao capital, Eur. 0,25 por acção, o que atento o seu número 35.000.000 de acções, perfaz.....Eur: 8.750.000,00

Para atribuição aos Corpos Sociais, Dirigentes e colaboradores, a título de participação nos lucros relativos à quota parte aferida e congruente com o trabalho e dedicação por todos desempenhado.....Eur: 1.280.000,00

O remanescente para reforço de Reservas Livres.....Eur: 136.465,51

ENCERRAMENTO

Este relatório não ficaria completo sem primeiro atestarmos que desde o final de 2007 até à presente data nenhum facto relevante, não divulgado, ocorreu e que pudesse de alguma forma pôr em causa o normal funcionamento da Empresa.

Uma palavra de gratidão a todas as pessoas e instituições que de alguma forma contribuíram positivamente para o desenvolvimento da actividade da Empresa nomeadamente:

Os nossos Clientes em geral e os nossos Concessionários em particular pela confiança e preferência com que nos honraram e pela forma dedicada como representaram as marcas que distribuímos;
Aos Bancos e demais Entidades financeiras pelo modo como souberam interpretar as nossas estratégias, validando-as com a confiança do crédito concedido;
A todos os Colaboradores pela dedicação, esforço e competência demonstrados na prossecução dos objectivos traçados.

Vila Nova de Gaia, 14 de Março de 2008

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Alain Uyttenhoven
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação sobre a Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Não tem movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2007, detinha 1.167.465 acções, com o valor nominal de um euro cada uma. Detém, conjuntamente com o cônjuge, Ana Pereira Martins Caetano, 62,50% do Capital Social do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., e 70% do Capital Social da CAETANO, SGPS, S.A., o que com esta Sociedade, directa ou indirectamente, detém 84,72% do Capital Social da COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A., o que lhe garante directa e indirectamente 22.167.755 acções, a que corresponde 63,34% do capital social e dos direitos de voto nesta empresa.

Engº José Reis da Silva Ramos: Não tem movimentos, pelo que em 31 de Dezembro de 2007, detinha 86.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

Tetsuo Agata - Não tem acções nem obrigações.

Alain Uyttenhoven - Não tem acções nem obrigações.

Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Não tem acções nem obrigações. O cônjuge, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2006, detinha 86.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

Engº Salvador Acácio Martins Caetano - Não tem acções nem obrigações.

Drª Ana Maria Martins Caetano - Não tem acções nem obrigações.

Toshiro Hayashi - Não tem acções nem obrigações.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, **Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** - cônjuge do **Engº José Reis da Silva Ramos** - Vice-Presidente do Conselho de Administração, **Engº Salvador Acácio Martins Caetano**, e **Drª Ana Maria Martins Caetano**, vogais do Conselho de Administração, do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2007, detinha 21.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, e **Engº José Reis da Silva Ramos** - cônjuge da **Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos**, Administrador, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2007, detinha 670.006 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, **Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** - cônjuge do **Engº José Reis da Silva Ramos**, vogal do Conselho de Administração da COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. esta Sociedade não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2007, detinha 290 acções, com o valor de um euro cada.

Conselho Fiscal

Dr. José Jorge Abreu Fernandes Soares - Não tem acções nem obrigações.

Kazuki Ogura - Não tem acções nem obrigações.

António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada pelo Senhor **Dr. António Maia Pimpão** - Não tem acções nem obrigações.

Revisor Oficial de Contas

DELOITTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representado pelo Sr. Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves - Não tem acções nem obrigações.

Informação sobre a Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital Social da Toyota Caetano Portugal, S.A. (Nos termos do artigo 447º do C.S.C.)

	Acções Detidas 31.12.06	Acções Adquiridas 2007	Acções Vendidas 2007	Acções Detidas 31.12.06
SALVADOR FERNANDES CAETANO (Presidente)	1.167.465			1.167.465
ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Vice-presidente)	86.000			86.000
TETSUO AGATA (Vogal)				
ALAIN JEAN JACQUES G. UYTENHOVEN (Vogal)				
DRª MARIA ANGELINA M. CAETANO RAMOS (Vogal)				
ENGº SALVADOR ACACIO MARTINS CAETANO (Vogal)				
DRª ANA MARIA MARTINS CAETANO (Vogal)				
TOSHIRO HAYASHI (Administrador - Suplente)				
DRº JOSÉ JORGE ABREU FERNANDES SOARES (Presidente Cons. Fiscal)				
KAZUKI OGURA (Vogal Cons. Fiscal)				
ANTÓNIO PIMPÃO & MAXIMINO MOTA, SROC, REPRESENTADO PELO DRº ANTÓNIO MAIA PIMPÃO (Vogal Cons. Fiscal)				
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., REPRESENTADO PELO SR. DR. JORGE MANUEL ARAÚJO DE BEJA NEVES (ROC - Efectivo)				

Informação sobre a Participação de Accionistas Toyota Caetano Portugal, S.A. (Nos termos do artigo 448º do C.S.C.)

Participações superiores a um décimo do capital

ACCIONISTAS	Acções Detidas 31.12.06	Acções Adquiridas 2007	Acções Vendidas 2007	Acções Detidas 31.12.06
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000			9.450.000

Participações superiores a metade do capital

ACCIONISTAS	Acções Detidas 31.12.06	Acções Adquiridas 2007	Acções Vendidas 2007	Acções Detidas 31.12.06
Grupo Salvador Caetano, SGPS, SA	21.000.000			21.000.000

Lista de participações qualificadas superiores a 2% do capital social

ACCIONISTAS	Acções	% dos direitos de voto
Grupo Salvador Caetano, SGPS, SA	21.000.000	60,000
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000
Salvador Fernandes Caetano	1.167.465	3,336
Millennium BCP - Gestão de Fundos de Investimentos, S.A., em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:		
- Millennium Acções Portugal	705.782	2,020
- Millennium PPA	644.510	1,840
- Millennium Poupança PPR	63.301	0,180
- Millennium Investimento PPR	21.253	0,060
- Millennium Aforro PPR	5.895	0,020

Relatório sobre o Governo da Sociedade

No cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 07/2001, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 11/2003 e pelo Regulamento n.º 10/2005, este ponto pretende ser o resumo dos aspectos fundamentais da gestão da Sociedade no que respeita aos seus Órgãos Sociais, tendo em conta a necessidade de transparência relativamente a esta matéria e a necessidade de informação por parte dos investidores e dos destinatários da informação.

O. Declaração de Cumprimento

Este relatório encontra-se organizado segundo as instruções definidas pelo Anexo ao regulamento supracitado, sendo entendimento do Conselho de Administração de que foram cumpridas, na sua maioria, as disposições constantes das Recomendações da CMVM sobre o Governo da Sociedade Cotadas com excepção das seguintes:

- Recomendação IV-6: O Conselho de Administração eleito em Assembleia-geral não inclui qualquer membro que nos termos do Regulamento 11/2003 possa ser considerado independente.
- Recomendação IV-7: Muito embora não existam comissões de controlo interno formais com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários para além do Conselho fiscal e da Comissão de Remunerações, o Conselho de Administração entende que tais funções podem ser garantidas pelas comissões existentes e pelo próprio Conselho de Administração ao nível individual da Sociedade e que as mesmas funções são exercidas pelos departamentos de controlo de gestão das suas subsidiárias.
- Recomendação IV-8: A Toyota Caetano Portugal, SA. divulga no capítulo respectivo informação relativa à remuneração fixa e variável dos seus administradores, entendendo que a divulgação da remuneração individual de cada administrador não traz informação relevante para o mercado.

I. Divulgação de Informação

1. Órgãos e definições de competências

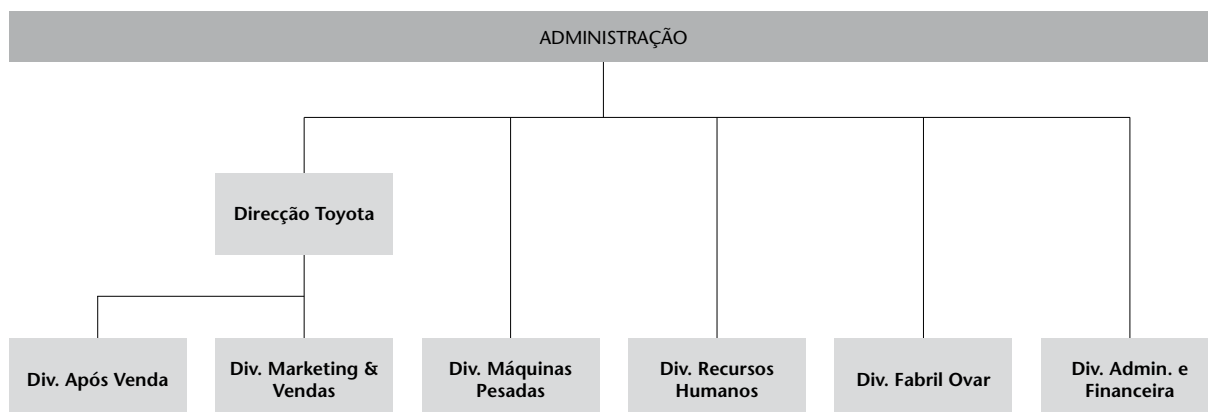
Órgãos Sociais

Os corpos sociais da Toyota Caetano Portugal, SA. são:

- Assembleia Geral, composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração. O Presidente eleito desta Assembleia não auferiu no ano 2007 qualquer remuneração.
- Conselho de Administração, composto actualmente por 7 membros, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores.
- Conselho Fiscal, composto por 3 membros efectivos e um suplente a quem compete a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

2. Principais áreas de responsabilidade dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração funciona de forma colegial com funções de gestão e coordenação das diferentes actividades da Empresa e é constituído actualmente por um presidente, um vice-presidente e três vogais, exercendo funções executivas, bem como 2 vogais sem funções executivas. O organograma funcional da Empresa é como segue:



3. Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade

Na Toyota Caetano Portugal, SA., o controlo dos riscos inerentes à actividade é efectuado directamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções.

Nas restantes empresas participadas, são definidos sistemas de controlo específicos a cada uma das actividades cujo órgão máximo é o Conselho de Administração de cada uma das empresas.

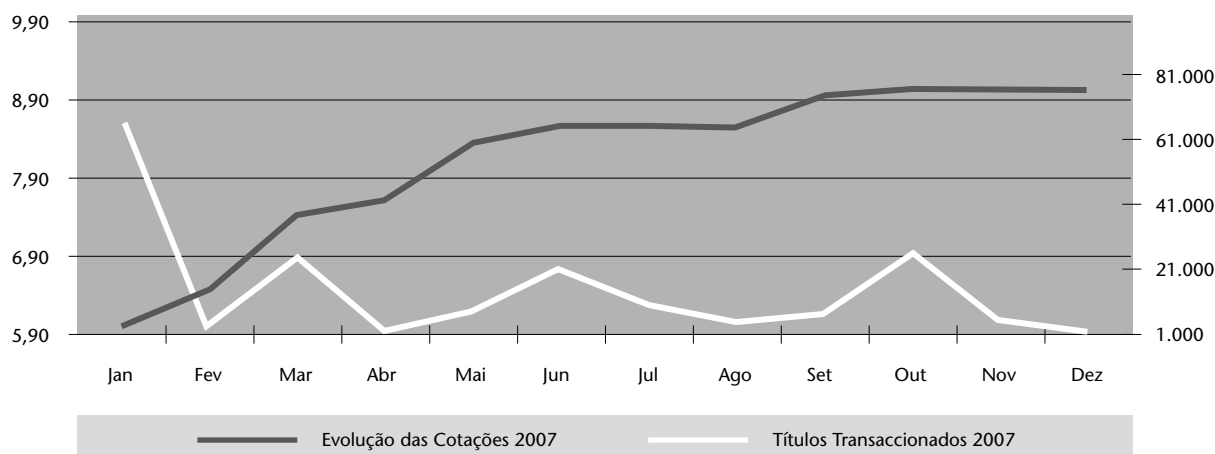
4. Evolução da cotação das acções da Toyota Caetano Portugal, SA.

Durante o exercício de 2007 foram transaccionadas em Bolsa 178.059 acções.

Tirando o pico verificado no mês de Janeiro e justificado pela operação de reestruturação efectuada ao nível da concentração em exclusivo nas actividades Toyota, não se observam movimentos anormais nas transacções mantendo-se ao longo do ano em níveis muito reduzidos.

No gráfico seguinte pode apreciar-se a evolução da cotação das acções da sociedade. Em termos de evolução da cotação verificou-se uma subida constante ao longo de 2007, encerrando o exercício no seu valor máximo de 8,99 Euros, reflexo do bom desempenho demonstrado pela marca que representamos. Por outro lado, não são visíveis alterações de cotações por impacto directo de anúncio de resultados ou pagamento de dividendos.

Evolução das Cotações/Títulos Transaccionados 2007



5. Política de dividendos

A política de distribuição de dividendos da Empresa pode ser avaliada no quadro seguinte o qual regista a situação dos últimos cinco exercícios:

Rubricas	2007	2006	2005	2004	2003
Resultado Líquido (mEuros)	10.706	7.802	7.133	5.744	5.690
Dividendos (mEuros)	8.750	5.950	3.500	2.100	1.800
Dividendo p/Ação (Euro)	0,25	0,170	0,100	0,060	0,051

De uma forma sintética podemos afirmar que embora sempre condicionada pelos próprios resultados líquidos e pelas expectativas entretanto criadas para o(s) período(s) seguintes, a Empresa tinha vindo a distribuir dividendos num intervalo percentual entre os 30% e 50% do resultado.

Tendo em atenção o nível de capitais próprios entretanto atingidos foi entendido em 2006 que a distribuição de dividendos rondasse os 75% dos resultados líquidos obtidos. Em 2007 essa percentagem ronda os 82% sendo de esperar que nos próximos exercícios se mantenha.

6. Planos de atribuição de acções e de opção de aquisição de acções

A Toyota Caetano Portugal, SA. não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

7. Negócios realizados entre a Sociedade e membros dos órgãos sociais

Durante o exercício de 2007, não foram realizados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais (de administração e de fiscalização), titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou grupo, que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações do mesmo género, e sempre inseridas na actividade normal da sociedade.

8. Gabinete de Apoio ao Investidor

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efectuados pelas seguintes vias:

Representante para as relações com o mercado:

Maria Angelina Caetano Ramos

Telefone: 227867000

E-mail: angelina.ramos@toyotacaetano.pt

Através da sua página oficial na Internet (www.toyotacaetano.pt), a Toyota Caetano Portugal, SA. disponibiliza informação financeira relativamente à sua actividade individual e consolidada. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas da empresa para os últimos exercícios.

9. Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações eleita em Assembleia Geral de 20 de Abril de 2007 é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Júlio Silva Fernandes
- Maria Conceição Monteiro Silva
- Alberto Luis Lema Mandim

10. Remunerações pagas aos auditores

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo, ascendem a 94.024 Euros, distribuídas da seguinte forma:

Serviços de Revisão Legal Contas	85,7%
Serviços de Consultoria Fiscal	3,6%
Outros Serviços	10,7%

O Conselho de Administração na solicitação dos projectos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respectiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de Maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

II. Exercício de direitos de voto e representação de accionistas

Só têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os accionistas que sejam titulares legítimos de acções com direito a, pelo menos, um voto, sendo que a cada grupo de cem acções corresponde um voto. Porém, os accionistas que não possuam o referido número mínimo de cem acções podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Até cinco dias antes da data marcada para a sua realização, os accionistas que pretendam estar presentes na Assembleia Geral devem ter as suas acções averbadas em seu nome no Livro de Registo de Acções da Sociedade ou fazer prova do respectivo depósito em intermediário financeiro.

Os Senhores Accionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das acções e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;

b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o acto;

c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia-geral, sendo adicionados aos aí exercidos.

d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:

- a indicação da Assembleia-geral e do ponto ou pontos da respectiva ordem de trabalhos a que respeita;
- a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
- a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

e) Entende-se que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

Cumpre-nos ainda informar que de acordo com os actuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

III. Regras Societárias

Código de Conduta e Regulamentos Internos

Pelo facto da Toyota Caetano Portugal, SA. ter a qualidade de Sociedade Aberta, existe por parte da Administração e seus colaboradores uma grande atenção no cumprimento dos deveres de confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da Toyota Caetano Portugal, SA. em situações de conflito de interesse.

Em termos de controlo interno, as empresas operacionais do Grupo Toyota Caetano Portugal, SA. possuem órgãos de controlo de gestão que exercem a sua actividade a todos os níveis das empresas participadas, elaborando relatórios periódicos para cada Conselho de Administração, isto para além da actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e eventualmente de auditores externos, que nos termos da lei exercem funções nas diversas sociedades.

Tem esta sociedade conhecimento de um acordo parassocial instituído ao abrigo do contrato de distribuição com a Toyota Motor Europe NV/SA, o qual garante à empresa-mãe Toyota Motor Corporation que a empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar.

IV. Órgão de administração

1. Caracterização do Conselho de Administração

De acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, SA., a administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração composto por sete membros, accionistas ou não, eleitos pela Assembleia-geral, pelo período de quatro anos, renovável. A Assembleia-geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes. O actual Conselho de Administração e suas funções detalham-se como segue:

Salvador Fernandes Caetano – Presidente

José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente

Tetsuo Agata – Vogal

Alain Uyttenhoven - Vogal

Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Vogal

Salvador Acácio Martins Caetano - Vogal

Ana Maria Martins Caetano – Vogal

Dos actuais membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA., 5 desempenham funções executivas, cabendo aos não residentes funções não executivas. Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles ou, fazem parte do Conselho de Administração da empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A., empresa detentora de cerca de 60% do capital social da Toyota Caetano Portugal, SA., e que sobre ela exerce uma influência dominante, ou são relacionados pela definição dada na alínea e) do nº 2 do Artigo 1º do Regulamento CMVM nº 7/2001.

O actual Conselho de Administração foi eleito em 2007, por um período de 4 anos, cessando consequentemente o seu mandato em 2010.

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Salvador Fernandes Caetano Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO-AUTO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO RENTING, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Presidente do Cons. Adm.
	COCIGA – Construções Cíveis de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	GILLCAR NORTE– Com. Ind. Maq. e Tintas, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RIGOR – Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANO AUTO, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANOBUS – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANO COATINGS - Revestimentos Auto e Industriais, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	I.P.E. – Indústria produtora de espumas, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO COMERCIAL OURO, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER II – REP.DE COLISÃO DE AUT., S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER - Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER III - SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CITYPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	INTERESTORIL – Participações, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CATEDRAL DO AUTOMÓVEL, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	VDR, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO VISTULA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	LAVORAUTO - Administ. Imob. E Cons. de Empresas, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	COMPANHIA ADMINIST. IMOB. SÃO BERNARDO, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA.	Gerente
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	MAQTIN – Com. e Ind. de Maq. Fer. e Tintas, Lda.	Gerente
	ALBITIN - Com. e Ind. de Maq. Ferramentas e Tintas,Lda	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º José Reis da Silva Ramos Vice-Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	CAETANO AUTO, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANOBUS – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	I.P.E. – Indústria produtora de espumas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CABO VERDE MOTORS, SARL	Presidente do Cons. Adm.
	ROBERT HUDSON, LTD.	Presidente do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO RENTING, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Vogal do Cons. Adm.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	ATLÂNTICA – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA - Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	CRUSTACIL – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SALVADOR CAETANO.COM, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G
	COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G
	NOVEF – SGPS, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	ATLÂNTICA – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LAYNA GALICIA, S.L.	Presidente do Cons. Adm.
	POAL - Pvmntações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LAVORAUTO - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	COMP. ADMINIST. IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	Vice-Presid. do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO AUTO, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Sociedade Soares da Costa, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	IBERICAR - SOC. IBÉRICA DEL AUTOMOBIL, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	LAYNA INVERSIONES, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	ROBERT HUDSON, LTD.	Vogal do Cons. Adm.
	CABO VERDE MOTORS, SARL	Vogal do Cons. Adm.
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	CRUSTACIL – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	BAVIERA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Soc. Imob. Quinta da Fundega, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARVEGA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARWEB - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	NOVAVAGA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	AUTO-VAGA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETANO RENTING, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SETUCAR - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	NOVO MAR, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SETUVEGA - Reparação de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SALVADOR CAETANO - AUTO, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	ENP - Energias Renováveis Portugal, S.A.	Presidente da Mesa A. G.

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO-AUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardenha, Lda.	Gerente
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CHOICE CAR – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CHOICE CAR - SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	FINLOG - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	LUSO ASSISTÊNCIA - Gestão de Acidentes, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETANO RENTING, S.A.	Vice-Presidente Mesa A. G.

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Drª Ana Maria Martins Caetano Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	RIGOR - Cons. e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO COATINGS - Revestimentos Auto e Industriais, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO AUTO, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO.AUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A. G.

2. Comissão Executiva

Não existe qualquer Comissão Executiva com competências em matéria de gestão. As decisões de gestão são tomadas pelo Conselho de Administração, no desenrolar normal das suas funções, pelo que se considera ser a constituição de uma comissão deste tipo desnecessária ao bom funcionamento da sociedade e à protecção dos interesses dos investidores.

3. Controlo exercido pelo Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, assim como praticar todos os actos tendentes à realização do objecto social e, em especial:

- Sem necessidade de deliberação dos sócios, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro.
- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;

- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma acções e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir e alienar outros bens imóveis, assim como obriga-los por qualquer forma, e adquirir bens imóveis e, com o parecer do conselho fiscal, aliena-los por quaisquer actos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais.
- d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extractos de facturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções;
- g) Constituir mandatários da Sociedade;
- h) Desempenhar as demais funções previstas nestes estatutos ou na lei.

Não existe limitação quanto ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, tentando os membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA. fazer parte das administrações das empresas participadas mais relevantes do grupo, de forma a permitir um mais próximo acompanhamento das suas actividades.

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros. Durante o ano de 2007 o Conselho de Administração reuniu 27 vezes, estando as correspondentes actas registadas no livro de actas do Conselho de Administração.

4. Política de remunerações

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das acções da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bónus anual.

5. Remuneração dos membros do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA. durante o exercício de 2007, no exercício das suas funções na Empresa e em empresas do grupo foram como segue:

(Euros)			
REMUNERAÇÕES	Parte Fixa	Parte Variável	Total
Administradores Executivos	955.658	252.287	1.207.945
Administradores Não Executivos	0	0	0
Total	955.658	252.287	1.207.945

6. Política de Comunicação

A Toyota Caetano Portugal S.A. divulga com regularidade informação abrangendo as diferentes áreas da sua actividade, sempre que essa informação for de notório interesse para o mercado em geral e os investidores em particular.

Através da sua página oficial na Internet (www.toyotacaetano.pt) e na zona intitulada “Investidores”, são divulgados todos os comunicados da Empresa, tomem eles a forma de factos relevantes ou Outros Comunicados, bem como eventos societários (pagamento/amortização juros empréstimo obrigacionista; pagamento de dividendos, etc).

Demonstrações Financeiras

BALANÇO

(Euros)

ACTIVO	NOTAS	ACTIVO BRUTO	AMORT. E AJUST.	ACTIVO LÍQ. 07	ACTIVO LÍQ. 06
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação		1.270.346	1.270.346		9.527
Despesas Investigação e Desenvolvimento	8	2.667.891	2.359.036	308.855	213.225
Trespases		983.568	983.568		
	10	4.921.805	4.612.950	308.855	222.752
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e Recursos Naturais		12.234.483		12.234.483	12.234.483
Edifícios e Outras Construções		63.131.760	46.000.789	17.130.971	19.099.071
Equipamento Básico		38.102.744	30.623.372	7.479.372	12.797.962
Equipamento de Transporte		17.570.172	8.505.225	9.064.947	6.292.427
Ferramentas e Utensílios		8.940.664	8.565.067	375.597	314.379
Equipamento Administrativo		6.607.278	6.244.969	362.309	362.873
Outras Imobilizações Corpóreas		2.693.756	2.312.931	380.825	791.510
Imobilizações em Curso		940.873		940.873	1.641.106
	10 e 13	150.221.730	102.252.353	47.969.377	53.533.811
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes Capital em Empresas do Grupo	16	39.015.414	21.409.203	17.606.211	17.525.196
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	48	5.896.410	1.496	5.894.914	5.975.929
Empréstimos a Empresas do Grupo	16	3.865.000		3.865.000	19.675.000
	10 e 21	48.776.824	21.410.699	27.366.125	43.176.125
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	41	20.822.616		20.822.616	15.008.139
Produtos e Trabalhos em Curso	42	6.334.860		6.334.860	5.556.976
Produtos Acabados e Intermédios	42	4.376.650		4.376.650	4.742.535
Mercadorias	41	56.559.640	1.660.000	54.899.640	41.209.482
	21	88.093.766	1.660.000	86.433.766	66.517.132
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO					
Clientes c/c		1.124.374		1.124.374	3.622.515
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
Clientes c/c	16	80.660.350		80.660.350	87.051.028
Clientes de Cobrança Duvidosa	21 e 23	5.714.508	4.623.959	1.090.549	1.107.300
Empresas do Grupo	6,16 e 49	618.501		618.501	
Adiantamentos a Fornecedores		21.897		21.897	29.598
		87.015.256	4.623.959	82.391.297	88.187.926
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários		608.321		608.321	3.763.802
Caixa		110.344		110.344	117.869
		718.665		718.665	3.881.671
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de Proventos		942		942	199.730
Custos Diferidos	51	1.694.517		1.694.517	1.966.552
		1.695.459		1.695.459	2.166.282
Total de Amortizações			106.865.303		
Total de Ajustamentos			27.694.658		
TOTAL ACTIVO		382.567.879	134.559.961	248.007.918	261.308.214

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim

BALANÇO

(Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO 2007	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO 2006
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL	36 e 40	35.000.000	35.000.000
AJUSTAMENTOS DE PARTES CAPITAL EM ASSOCIADAS	40	-22.215.198	-22.215.200
RESERVAS DE REAValiaÇÃO	40	6.195.184	6.195.184
RESERVAS			
Reservas Legais	40	6.958.903	6.568.803
Outras Reservas	40	74.081.331	73.869.649
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40	10.706.466	7.801.782
Total do Capital Próprio		110.726.686	107.220.218
PASSIVO			
PROVISÕES			
Outras Provisões para Riscos e Encargos	34	2.596.546	4.553.043
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO			
Empresas do Grupo	16	3.282.617	
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Empréstimos por Obrigações			
Não Convertíveis			3.750.000
Dívidas a Instituições de Crédito	50	67.750.000	78.210.000
Fornecedores c/c	16	39.318.049	40.947.018
Outros Accionistas		13.489	11.738
Adiantamentos de Clientes		152.064	118.850
Estado e outros Entes Públicos	49	12.859.187	14.272.399
Outros Credores		4.508	31.439
		120.097.297	137.341.444
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de Custos	51	9.950.749	11.105.817
Proveitos Diferidos	51	1.354.023	1.087.692
		11.304.772	12.193.509
Total do Passivo		137.281.232	154.087.996
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		248.007.918	261.308.214

O Conselho de Administração
 Salvador Fernandes Caetano – Presidente
 José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
 Tetsuo Agata
 Alain Uyttenhoven
 Maria Angelina Martins Caetano Ramos
 Salvador Acácio Martins Caetano
 Ana Maria Martins Caetano

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Euros)

CUSTOS E PERDAS	NOTAS	2007		2006	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS					
Mercadorias		270.889.273		244.302.075	
Matérias	41	70.914.641	341.803.914	59.155.550	303.457.625
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			48.821.477		49.696.406
CUSTOS COM O PESSOAL					
Remunerações		11.708.561		13.129.347	
Encargos Sociais					
Pensões	31	790.629		549.744	
Outros		6.288.720	18.787.910	7.822.603	21.501.694
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	10	7.981.730		8.326.049	
AJUSTAMENTOS DO EXERCÍCIO	21	460.000			
PROVISÕES			8.441.730		8.326.049
IMPOSTOS		723.054		558.878	
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		11.318.808	12.041.862	8.724.675	9.283.553
	(A)		429.896.893		392.265.327
JUROS E CUSTOS SIMILARES					
Outros	45	4.837.779	4.837.779	5.393.438	5.393.438
	(C)		434.734.672		397.658.765
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	46		1.073.201		622.786
	(E)		435.807.873		398.281.551
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	6		2.999.152		2.579.602
	(G)		438.807.025		400.861.153
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			10.706.466		7.801.782
			449.513.491		408.662.935

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim

PROVEITOS E GANHOS	NOTAS	2007		2006	
VENDAS					
Mercadorias		330.452.324		293.771.921	
Produtos		87.146.741		68.843.767	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	44	7.035.290	424.634.355	20.045.216	382.660.904
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	42		411.999		809.520
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA		67.272			
PROVEITOS SUPLEMENTARES		18.903.779		20.531.137	
SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO		910.752		1.386.894	
REVERSÃO AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	21	1.239	19.883.042	845.142	22.763.173
	(B)		444.929.396		406.233.597
RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		568.667		478.049	
REND. DE TÍT. NEGOC. E OUTRAS APLICAÇÕES FINANC.					
Outros		1.523		944	
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES					
Outros	45	1.145.175	1.715.365	415.129	894.122
	(D)		446.644.761		407.127.719
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	46		2.868.730		1.535.216
	(F)		449.513.491		408.662.935
RESUMO:					
Resultados Operacionais (B)-(A) =			15.032.503		13.968.270
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A) =			(3.122.414)		(4.499.316)
Resultados Correntes (D)-(C) =			11.910.089		9.468.954
Resultados Antes de Impostos (F)-(E) =			13.705.618		10.381.384
Resultado Líquido do Exercício (F)-(G) =			10.706.466		7.801.782

O Conselho de Administração
 Salvador Fernandes Caetano – Presidente
 José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
 Tetsuo Agata
 Alain Uyttenhoven
 Maria Angelina Martins Caetano Ramos
 Salvador Acácio Martins Caetano
 Ana Maria Martins Caetano

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	2007	2006
1 Vendas e prestações de serviços	424.634.355	382.660.904
2 Custo das vendas e prestações de serviços	366.732.187	332.606.467
3 Resultados Brutos	57.902.168	50.054.437
4 Outros proveitos operacionais	1.649.980	4.620.182
5 Custos de distribuição	35.331.980	31.801.188
6 Custos administrativos	7.726.947	8.371.400
Resultados Operacionais	16.493.221	14.502.031
7 Rendimentos de participações de capital:		
Relativos a empresas interligadas		
Relativos a outras empresas	568.667	478.049
8 Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
Relativos a empresas interligadas		
Outros	1.523	944
9 Outros juros e proveitos similares:		
Relativos a empresas interligadas		
Outros	651.272	293.983
10 Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros		
11 Juros e custos similares:		
Relativos a empresas interligadas		
Outros	4.009.065	4.893.623
Resultados Correntes	13.705.618	10.381.384
14 Proveitos e ganhos extraordinários		
15 Custos e perdas extraordinários		
Resultados Antes de Impostos	13.705.618	10.381.384
Imposto sobre o rendimento do exercício	2.999.152	2.579.602
19 Resultado Líquido do Exercício	10.706.466	7.801.782
Resultado Líquido por Acção	0,31	0,22

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração
Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Alain Uyttenhoven
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Euros)

	2007		2006		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de Clientes	556.661.449		492.096.329		
Pagamentos a Fornecedores	-499.887.033		-421.673.726		
Pagamentos ao Pessoal	-13.774.005		-16.008.916		
Fluxo gerado pelas Operações		43.000.411		54.413.687	
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-1.744.002		-2.314.270	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-48.168.342		-40.371.355	
Fluxo gerados antes das Rubricas Extraordinárias			-6.911.933		11.728.062
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias	170.455		267.981		
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias	-279.611	-109.156	-97.024	170.957	
Fluxo das Actividades Operacionais		-7.021.089		11.899.019	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Imobilizações Financeiras	15.810.002		2.687.378		
Imobilizações Corpóreas	10.989.611		4.531.665		
Juros e Proveitos Similares	1.529		2.447		
Dividendos	568.667	27.369.809	478.049	7.699.539	
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos Financeiros					
Imobilizações Corpóreas	-3.087.839		-6.214.582		
Imobilizações Incorpóreas	-204.164	-3.292.003	-268.700	-6.483.282	
Fluxo das Actividades de Investimento		24.077.806		1.216.257	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos Obtidos	3.282.617	3.282.617			
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos Obtidos	-14.210.000		-3.545.800		
Amortização de Contratos de Locação Financeira					
Juros e Custos Similares	-3.344.092		-4.619.712		
Dividendos	-5.948.248	-23.502.340	-3.531.201	-11.696.713	
Fluxo das Actividades de Financiamento			-20.219.723		-11.696.713
CAIXA E EQUIVALENTES					
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		3.881.671		2.463.108	
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		718.665		3.881.671	
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		-3.163.006		1.418.563	

O Técnico de Contas

Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente

José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente

Tetsuo Agata

Alain Uyttenhoven

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Ana Maria Martins Caetano

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos recebimentos provenientes de Imobilizações Financeiras

RUBRICAS	2007	
Alienação da participação na empresa Salvador Caetano Moçambique SARL	1	
Alienação da participação na empresa TRANSCOM SARL	1	
Recebimento de Empréstimos a Empresas do Grupo	15.810.000	
Recebimentos Provenientes de Imobilizações Financeiras	15.810.002	

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	2007	2006
Numerário	101.250	104.750
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	608.321	3.763.802
Equivalentes a Caixa	9.094	13.119
Caixa e Seus Equivalentes	718.665	3.881.671
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	718.665	3.881.671

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração
Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Alain Uyttenhoven
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota Introdutória

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, e que tem como actividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados; a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respectiva assistência após-venda. As suas acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota e Lexus para Portugal e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) cujas empresas, essencialmente dedicadas ao ramo automóvel, estão descritas na Nota 16, juntamente com outra informação financeira.

Por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro de 2006 e na sequência da proposta do Conselho de Administração de 13 de Outubro de 2006 foi decidido alienar em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios não Toyota detidos directa e indirectamente pela Empresa como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais (ver comunicado ao Mercado de 20 de Novembro de 2006).

Decorrente do processo de reestruturação comunicado ao Mercado através de uma Comunicação de Facto Relevante no dia 13 de Outubro de 2006, nos termos do disposto no art. 248 do Código dos Valores Mobiliários, foram por esta Empresa alienadas directamente ou através de Empresas suas participadas as seguintes participações/ativos:

PARTICIPAÇÕES	EMPRESA ADQUIRENTE	VALOR DE ALIENAÇÃO
directa de Toyota Caetano Portugal SA		
Transcom, SARL	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	1
Salvador Caetano (Moçambique), SARL	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	1
directa de Saltano (SGPS) SA		
Salvador Caetano España, SA	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	1.006.000
Caetanobus-Fabricação de Carroçarias, SA	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	4.880.000
Portianga-Comercio Internacional e Participações, SA	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	6.710.000
Contrac, GMBH	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	1.233.000
Global S (SGPS), SA	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	1
directa de Cabo Verde Motors, SARL		
Indicabo-Veiculos Automoveis, Lda	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	1
Forcabo-Veiculos Automóveis, Lda	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	712.000
directa de Salvador Caetano-(UK), Ltd		
Reliant Coaches Ltd	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	1
SC Coachbuilders Ltd	Grupo Salvador Caetano SGPS, SA	3.106.000
ACTIVOS	EMPRESA ADQUIRENTE	VALOR DE ALIENAÇÃO
Divisão Fabril Carregado	Caetano Coatings-Revestimentos Auto e Industriais, SA	8.850.000

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e aquelas que não estão incluídas neste Anexo ou não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente anexo encontram-se expressos em Euros.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, constituídas por despesas de instalação, trespasses e despesas de investigação e desenvolvimento, estas últimas, constituídas principalmente por despesas com o desenvolvimento tecnológico e com estudos e concepção de protótipos, são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição podendo encontrar-se reavaliadas de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20-50
- Equipamento básico	7-16
- Equipamento de transporte	4-5
- Ferramentas e utensílios.....	4-14
- Equipamento administrativo	3-14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

Como resultado das reavaliações efectuadas, as reintegrações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, 40% das amortizações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de imobilizações corpóreas ainda não amortizadas não serão igualmente aceites para efeitos de determinação da matéria colectável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 6).

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, consequentemente, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo Toyota Caetano detidas a mais de 20%, conforme constam da Nota 16, encontram-se registados ao custo de aquisição, estando constituída uma provisão associada aos investimentos com risco na rubrica de Capital Próprio "Ajustamentos de Partes de Capital em Associadas", em conformidade com o POC.

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa na Demonstração dos resultados do exercício em que os dividendos são recebidos (Nota 45).

e) Existências

As mercadorias e as matérias primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Encontra-se também constituída uma provisão para depreciação de existências tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

f) Provisões

Esta rubrica inclui o remanescente da provisão constituída em exercícios anteriores nos termos do “ex - Código da Contribuição Industrial” e é mantida para fazer face a riscos marginais de cobranças duvidosas, depreciação de existências ou outros de natureza diversa.

g) Subsídios

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas são registados, na rubrica de Proveitos Diferidos, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos operacionais nos exercícios em que são recebidos.

h) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” (Nota 51).

i) Indemnizações ao pessoal

A Empresa tem como política registar como um custo operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 420.000 Euros (aproximadamente 1.240.000 Euros em 31 de Dezembro de 2006).

j) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na Demonstração dos resultados do exercício.

k) Impostos diferidos

Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28/01, a Empresa reconhece nas demonstrações financeiras nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” os activos e passivos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e de tributação (Notas 6 e 51).

6. Impostos sobre Lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2004 a 2007 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Na sequência de expectativas manifestadas neste mesmo ponto do Anexo de exercícios anteriores, foi durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 recuperado o valor de 1.035.077 Euros (Nota 46) referente a liquidações adicionais sobre o exercício de 1996, em devido tempo pagas e com decisão judicial favorável agora cumprida pela Administração Fiscal.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações

adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995, 1998 e 1999 continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, no valor de 1.308.711 Euros, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 2001 e 2002 recebeu-se durante 2007, coimas relacionadas com Imposto sobre o Valor Acrescentado no montante de Euros 90.000, para as quais tinha sido constituída nos exercícios anteriores uma provisão (Notas 34 e 46).

Por sua vez, em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de Euros 453.895 (Nota 46), entretanto paga e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados no exercício findo em 31 de Dezembro 2007, pode ser resumido como segue Débitos/(Créditos):

	Saldo em 31 de Dezembro de 2007		
	Imposto diferido activo (Nota 51)	Imposto diferido passivo (Nota 51)	Reflectido em resultados
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	869.067		263.505
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efectuadas		(173.046)	(35.703)
Efeito do inv. de mais valias geradas c/ alienações de imobilizações		(617.982)	(79.994)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente		(19.550)	(281.609)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		(48.895)	(6.112)
	869.067	(859.473)	(139.913)

Adicionalmente, a rubrica da demonstração de resultados “Impostos sobre o rendimento” foi determinada como segue:

Imposto sobre o rendimento do exercício de 2007 (Nota 49)	3.139.065
Impostos diferidos líquidos do exercício de 2007	-139.913
	2.999.152

Em Março de 2007 a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 63º e 64º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de Janeiro de 2007.

Neste regime a sociedade dominante deve registar os impostos calculados nas filiais por forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

Em consequência o valor calculado de imposto sobre o rendimento do exercício de 2007 e constante da rubrica Estado e Outros Entes Públicos demonstra-se como segue (Notas 16 e 49):

EMPRESA	VALOR
Toyota Caetano Portugal S.A.	1.189.313
Saltano SGPS, S.A.	-17.413
IPE, S.A.	-5.843
Caetano Renting, S.A.	-133.562
Caetano Auto, S.A.	775.318
	1.807.813

7. Número Médio de Pessoal ao Serviço da Salvador Caetano

O número médio de pessoal nos exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

RUBRICA	DEZ 07	DEZ 06
Empregados	475	523
Pessoal afecto à Produção	213	294
	688	817

A diminuição no numero médio de pessoal ao serviço da Empresa deve-se essencialmente à transferência do pessoal da actividade de tratamento de superfície para a empresa Caetano Coatings – Revestimentos Auto e Industriais, S.A. (Nota Introdutória).

8. Despesas de investigação e Desenvolvimento

Em 31 de Dezembro de 2007 o detalhe desta rubrica é como segue:

Despesas de investigação e desenvolvimento:

- Estudos e protótipos de novo modelo do mini-autocarro Óptimo.....	793.366
- Estudo de novo modelo Dyna.....	1.564.294
- Estudos ambientais e licenciamentos	123.095
- Acompanhamento da candidatura ao SIME	20.410
- Participação em Certames Internacionais	166.726
- Amortizações acumuladas.....	(2.359.036)
Total	308.855

10. Movimento do Activo Imobilizado

Durante o exercício de 2007, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e nos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Activo Bruto

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDOS FINAIS
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de Instalação	1.295.346		25.000		1.270.346
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	2.218.271	449.620			2.667.891
Trespases	983.568				983.568
	4.497.185	449.620	25.000	-	4.921.805
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	12.234.483				12.234.483
Edifícios e Outras Construções	62.684.903	470.300	23.443		63.131.760
Equipamento Básico	46.364.091	1.961.257	10.922.837	700.233	38.102.744
Equipamento de Transporte	13.787.972	8.504.566	4.722.366		17.570.172
Ferramentas e Utensílios	8.775.212	392.170	226.718		8.940.664
Equipamento Administrativo	6.513.536	204.190	110.448		6.607.278
Outras Imobilizações Corpóreas	3.295.035	50.295	651.574		2.693.756
Imobilizações em Curso	1.641.106	0	0	-700.233	940.873
	155.296.338	11.582.778	16.657.386		150.221.730
Investimentos financeiros					
Partes de Capital em Empresas do Grupo	39.944.904		929.490		39.015.414
Títulos e Outras Aplicações Financeiras (Nota 48)	5.977.425		81.015		5.896.410
Empréstimos a Empresas do Grupo	19.844.591		15.979.591		3.865.000
	65.766.920	-	16.990.096	-	48.776.824

A diminuição ocorrida na rubrica "Equipamento Básico" diz essencialmente respeito à alienação dos equipamentos afectos à actividade de Tratamento de Superfície para a empresa Caetano Coatings-Revestimentos Auto e Industriais, S.A. (Nota Introdutória).

A diminuição ocorrida no exercício de 2007 nos Investimentos financeiros pode ser resumida como segue:

- Alienação da participação na Salvador Caetano Moçambique, S.A.R.L.	724.983
- Alienação da participação na Transcom, S.A.R.L.	81.015
- Liquidação STEIA, S.A.- participação financeira	204.507
- Liquidação STEIA, S.A.- empréstimos	169.591
- Reembolso de suprimentos da Saltano, S.A.	15.810.000
	16.990.096

Amortizações e Ajustamentos

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDOS FINAIS
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de Instalação	1.285.819	1.194	16.667		1.270.346
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	2.005.046	353.990			2.359.036
Trespases	983.568				983.568
	4.274.433	355.184	16.667	-	4.612.950
Imobilizações corpóreas					
Edifícios e Outras Construções	43.585.832	2.429.023	14.066		46.000.789
Equipamento Básico	33.566.129	1.489.679	4.432.436		30.623.372
Equipamento de Transporte	7.495.545	3.182.959	2.173.279		8.505.225
Ferramentas e Utensílios	8.460.833	251.918	147.684		8.565.067
Equipamento Administrativo	6.150.663	175.550	81.244		6.244.969
Outras Imobilizações Corpóreas	2.503.525	97.417	288.011		2.312.931
	101.762.527	7.626.546	7.136.720	-	102.252.353
Investimentos financeiros					
Partes de Capital em Emp.do Grupo	22.419.708			-1.010.505	21.409.203
Títulos e outras Aplicações Financeiras	1.496				1.496
Empréstimos a Emp. do Grupo	169.591			-169.591	0
	22.590.795	-	-	-1.180.096	21.410.699

A diminuição dos Ajustamentos para investimentos financeiros ocorrida no exercício de 2007 pode ser resumida como segue (Nota 21):

- Participação financeira na Salvador Caetano Moçambique, S.A.R.L.	724.983
- Participação financeira na Transcom, S.A.R.L.	81.015
- Participação financeira na STEIA, S.A.	204.507
- Empréstimo à STEIA, S.A.	169.591
	1.180.096

12. Reavaliações de imobilizações Corpóreas

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro

· Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações derivado das reavaliações legais efectuadas não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), tendo a Empresa calculado e registado os respectivos passivos por impostos diferidos (Nota 6).

13. Reavaliações de imobilizações Corpóreas

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquida das amortizações acumuladas em 31 de Dezembro de 2007, é o seguinte:

RUBRICAS	CUSTOS HISTÓRICOS	REAVALIAÇÕES	SALDOS REAVALIADOS
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e Recursos Naturais	6.629.922	5.604.561	12.234.483
Edifícios e Outras Construções	15.527.784	1.603.187	17.130.971
Equipamento Básico	7.458.106	21.266	7.479.372
Equipamento de Transporte	9.064.947		9.064.947
Ferramentas e Utensílios	375.597		375.597
Equipamento Administrativo	362.309		362.309
Outras Imobilizações Corpóreas	380.825		380.825
Imobilizações em Curso	940.873		940.873
	40.740.363	7.229.014	47.969.377

14. Localização das imobilizações

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor global das imobilizações corpóreas e em curso afecta a cada uma das actividades da Empresa é como segue:

RUBRICAS	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	TOTAL
Sede/Unidade Fabril de Gaia	59.014.924	903.473	59.918.397
Unidade Fabril de Ovar	39.118.919	0	39.118.919
Delegação de Lisboa / Carregado	51.147.014	37.400	51.184.414
	149.280.857	940.873	150.221.730

16. Empresas do Grupo e Associadas

A relação das empresas do Grupo com indicação da sede, fracção do capital detido, capitais próprios e resultado líquido em 31 de Dezembro de 2007, são como segue:

EMPRESAS DO GRUPO	FRACÇÃO EFFECTIVA CAPITAL DETIDO A 31.12.2007	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2007	RESULTADOS LÍQUIDOS A 31.12.2007	VALOR DE BALANÇO A 31.12.2007
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA.	99,98%	21.715.549	-1.577.316	4.488.183
Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia				
Caetano - Auto, SA.	92,90%	46.716.118	1.234.798	9.868.048
Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia				
Salvador Caetano (UK), Ltd.	99,82%	3.061.240		24.195.690
Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire				
United Kingdom				
Cabo Verde Motors	81,24%	4.324.673	1.735.195	463.493
Terra Branca - Praia				
Cabo Verde				
Caetano Renting, SA.	99,98%	1.080.834	599.984	
Rua José Mariani, 164 - Santa Marinha				
Vila Nova de Gaia				
IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA.	99,98%	2.431.508	882.447	
Rua da Pereiras, 275				
Vila Nova de Gaia				

EMPRESAS ASSOCIADAS	FRACÇÃO EFFECTIVA CAPITAL DETIDO A 31.12.2007	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2007	RESULTADOS LÍQUIDOS A 31.12.2007	VALOR DE BALANÇO A 31.12.2007
Auto Partner SGPS, SA	46,45%	2.201.237	-63.888	
Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia				
Auto Partner - Comercio Automóveis, SA	46,45%	542.789	-286.595	
Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia				
Auto Partner II-Rep C Automoveis SA	46,45%	-356.792	-1.116.838	
Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia				

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo acima referidas, e que em 31 de Dezembro de 2007 se encontram reflectidas nas rubricas do balanço "Clientes, c/c", "Fornecedores, c/c", "Empresas do Grupo", "Empresas do Grupo", "Empréstimos a empresas do Grupo" e "Empréstimos de Empresas do Grupo" podem ser resumidos como segue:

- Contas a receber	47.483.223
- Contas a pagar	1.121.769
- Empresas do Grupo ("RETGS") (Nota 6)	
. Saltano, S.A.	-17.413
. IPE, S.A.	-5.843
. Caetano Renting, S.A.	-133.562
. Caetano Auto, S.A.	775.318
- Empréstimos concedidos	
. Saltano, S.A.	3.865.000
- Empréstimos obtidos	
. Salvador Caetano UK, Ltd.	3.282.617

21. Movimento Ocorrido nos Ajustamentos

Durante o exercício de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de ajustamentos:

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS (NOTA 34)	UTILIZ. E REVERS.	SALDOS FINAIS
Investimentos Financeiros	22.590.795			1.180.096	21.410.699
Cobrança Duvidosa	4.625.198		1.866.497	1.867.736	4.623.959
Depreciação Existencias	1.200.000	460.000			1.660.000
	28.415.993	460.000	1.866.497	3.047.832	27.694.658

A diminuição ocorrida nos ajustamentos para investimentos financeiros diz respeito à utilização de provisão para cobrir integralmente os activos registados nas contas da Empresa relativamente às participações nas empresas sedeadas em Moçambique, Salvador Caetano Moçambique, SARL e Transcom SARL, após a alienação destas participações (Notas Introdutória e 10) bem como a cobertura das perdas com a participação no capital social e empréstimos concedidos à STEIA, S.A. em virtude da respectiva liquidação (Nota 10).

23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa encontram-se incluídas na rubrica própria e pelo valor de Euros 5.714.508.

31. Compromissos Financeiros Assumidos e Não Incluídos no Balanço

Fundo de Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outras associadas) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto a Toyota Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

De acordo com estudos actuariais realizados pela sociedade gestora do Fundo, a Toyota Caetano tem vindo a efectuar contribuições para o mesmo, tendo no exercício de 2007 essa contribuição ascendido a, aproximadamente, 781 milhares de Euros (547 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2006), permitindo que a situação patrimonial do Fundo ascendesse, em 31 de Dezembro de 2007, a aproximadamente, 18,5 milhões de Euros, correspondentes ao fundo mínimo legalmente estabelecido pelo ISP- Instituto de Seguros de Portugal. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente respeitantes à Empresa ascendem em 31 de Dezembro de 2007 a, aproximadamente, 19,7 milhões de Euros.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo "Projected Unit Credit", as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 77/73 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

O movimento das responsabilidades do Fundo no exercício de 2007 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 31 Dezembro 2006.....	19.939.900
Custo dos serviços correntes	356.936
Custo dos juros.....	854.661
Ganhos e perdas actuariais	17.117
Pagamentos de Pensões.....	(921.500)
Saídas para outros Associados	(589.063)
Responsabilidades em 31 Dezembro 2007	19.658.051

O movimento da situação patrimonial do fundo durante o exercício de 2007 foi como segue:

Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2006	18.288.595
Contribuições	781.637
Retorno real dos activos do plano	857.412
Pagamentos de Pensões.....	(921.500)
Saída para outros Associados	(589.063)
Entrada de outros Associados.....	107.728
Valor do fundo em 31 de Dezembro de 2007	18.524.809

Gostaríamos no entanto salientar que, face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura Fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse progressivamente de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 Dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de benefício definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo que passará a estar incluído num plano de contribuição definida. Este grupo que passará a integrar o plano de contribuição definida representa, com base nos dados do estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2007, cerca de 15% das responsabilidades totais estimadas.

Adicionalmente, o valor patrimonial do Fundo de Pensões em 31 de Dezembro de 2007 é suficiente para fazer face às responsabilidades estimadas para o Grupo de beneficiários que se irão manter no plano de benefício definido, bem como assegura o nível mínimo de financiamento determinado pelo ISP para os colaboradores que serão integrados no plano de benefício definido.

Mais se informa que, no caso de esta pretensão do conjunto de Associados do fundo não puder ser aceite por razões de ordem legal ou outras, não restará outra alternativa que não seja a liquidação do Fundo de Pensões Salvador Caetano nos termos constantes e definidos no seu Contrato Constitutivo.

Face ao acima referido, o Conselho de Administração da Toyota Caetano entendeu não proceder ao reforço adicional do Fundo de Pensões até ao montante das responsabilidades totais por serviços passados, uma vez que o nível mínimo de financiamento se encontra coberto.

Outros Compromissos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa tinha assumido outros compromissos financeiros como segue:

RESPONSABILIDADES	VALOR
Por Fianças Prestadas	17.498.159

34. Movimento Ocorrido nas Provisões

Durante o exercício de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES (NOTA 6 E 46)	TRANSFERÊNCIAS (NOTA 21)	SALDOS FINAIS
Provisão para Outros Riscos e Encargos	4.553.043		-90.000	-1.866.497	2.596.546

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

37. Identificação de Pessoas Colectivas com Mais de 20% do Capital Subscrito

- Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A.....	60%
- Toyota Motor Europe NV/SA.....	27%

40. Variação nas Rúbricas de Capital Próprio

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

RUBRICAS	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDOS FINAIS
Capital	35.000.000				35.000.000
Ajustamento Partes Capital Associadas	-22.215.200		2		-22.215.198
Reservas de Reavaliação	6.195.184				6.195.184
Reserva Legal	6.568.803			390.100	6.958.903
Reservas Livres	73.869.649			211.682	74.081.331
Resultado Líquido do Exercício	7.801.782	10.706.466	-7.200.000	-601.782	10.706.466

A diminuição ocorrida nos capitais próprios no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ficou a dever-se à deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Abril de 2007, de distribuir dividendos no montante de Euros 5.950.000 e de distribuir gratificações aos colaboradores e corpos sociais da Empresa no montante de Euros 1.250.000.

Os movimentos de transferências resultam da aplicação do resultado do exercício de 2006 já anteriormente mencionado.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

As reservas de reavaliação resultam da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

41. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2007 é como segue:

RUBRICAS	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	42.409.482	15.008.139	57.417.621
Compras	285.039.431	76.729.118	361.768.549
Existências finais	56.559.640	20.822.616	77.382.256
	270.889.273	70.914.641	341.803.914

42. Variação da Produção

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2007 é como segue:

RUBRICAS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL
Existências finais	4.376.650	6.334.860	10.711.510
Existências iniciais	4.742.535	5.556.976	10.299.511
	-365.885	777.884	411.999

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram como segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	VALOR
Conselho de Administração	568.285

44. Vendas e Prestações de Serviços por Mercados Geográficos

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante exercício de 2007 foi como segue:

	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	TOTAL
Viaturas Ligeiras	303.852.068	40.147.309	343.999.377
Veículos Pesados	11.509.374	6.267.007	17.776.381
Máquinas Industriais	11.495.493	206.899	11.702.392
Peças e Acessórios	42.473.396	1.647.519	44.120.915
Outros	7.015.405	19.885	7.035.290
	376.345.736	48.288.619	424.634.355

45. Demonstrações de Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os resultados financeiros têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	DEZ'07	DEZ'06
Juros Suportados	4.009.065	4.893.623
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	143.938	52.503
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	64.670	28.818
Outras Custos e Perdas Financeiros	620.106	418.494
Resultados Financeiros	-3.122.414	-4.499.316
	1.715.365	894.122
PROVEITOS E GANHOS	DEZ'07	DEZ'06
Juros Obtidos	652.795	294.927
Rendimentos de Participações	568.667	478.049
Diferenças de Câmbio Favoráveis	98.667	102.048
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	21.060	18.978
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	374.176	120
	1.715.365	894.122

46. Demonstrações de Resultados Extraordinários

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	DEZ'07	DEZ'06
Donativos	117.090	31.775
Perdas em Existências	65.450	58.429
Perdas em Imobilizações	61.428	54.362
Multas e Penalidades	375.338	24.467
Outros Custos e Perdas Extraordinários (Nota 6)	453.895	453.753
Resultados Extraordinários	1.795.529	912.430
	2.868.730	1.535.216
PROVEITOS E GANHOS	DEZ'07	DEZ'06
Restituição Impostos (Nota 6)	1.035.077	
Recuperação de Dívidas		6.677
Ganhos em Existências	159.502	192.928
Ganhos em Imobilizações	1.185.151	821.952
Reduções Amortizações e Provisões (Nota 34)	90.000	490.786
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	399.000	22.873
	2.868.730	1.535.216

48. Títulos e Outras Aplicações Financeiras

As participações financeiras minoritárias em empresas com capital cotado em Bolsa, encontram-se registadas ao custo de aquisição e as mais-valias potenciais, não reflectidas no balanço, ascendem, em 31 de Dezembro de 2007 a, aproximadamente, Euros 9.245.941.

49. Estado e Outros entes Públicos

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de Dezembro de 2007, não inclui dívidas em situação de mora, sendo as principais componentes, como segue:

RUBRICAS	VALOR
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado) (Nota 6)	3.139.065
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (RETGS) (Nota 6)	618.500
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (retenções na fonte suportadas) (Nota 6)	-1.949.752
Sub-Total	1.807.813
Imposto s/ Veículos	3.638.877
Direitos Aduaneiros	1.011.333
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	5.765.350
Outras Contribuições e Impostos	635.814
	12.859.187

50. Dívidas a Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe das dívidas a instituições de crédito, as quais tem vencimento no curto prazo e vencem juros a taxas de mercado, era como segue:

Papel Comercial.....	43.200.000
Financiamentos correntes	24.550.000
	67.750.000

51. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe destas rubricas era como segue:

Custos diferidos

Activos por impostos diferidos (Nota 6)	869.067
Juros de papel comercial.....	302.693
Seguros	140.547
Conservação plurianual.....	181.372
Outros	200.838
	1.694.517

Acréscimos de custos

Encargos com férias e subsídios de férias.....	2.347.974
Imposto s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas.....	1.086.435
Especialização de Custos afectos a viaturas vendidas	2.195.929
Campanhas de promoção de vendas	1.057.578
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	859.473
Garantias	318.716
Juros a liquidar.....	319.196
Publicidade.....	257.427
Royalties	193.775
Seguros	238.300
Outros	1.075.946
	9.950.749

Proveitos diferidos:

Juros debitados a clientes.....	290.683
Outros	1.063.340
	1.354.023

52. Veículos em Fim de Vida

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.



Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

O Técnico de Contas

Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente

José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente

Tetsuo Agata

Alain Uyttenhoven

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Ana Maria Martins Caetano

Relatórios de Auditoria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 248.007.918 Euros e capitais próprios de 110.726.686 Euros, incluindo um resultado líquido de 10.706.466 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfase**

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.d) do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado ou recuperação. A Empresa irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Porto, 19 de Março de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

Relatório e Contas Consolidado Consolidated Annual Report





Indicadores Financeiros Consolidados

(Euros)

	DEZ '07	DEZ '06	DEZ '05	DEZ '04
Vendas	545.529.809	484.693.216	532.730.811	500.956.767
Cash-flow bruto	33.053.685	36.354.125	28.740.639	28.957.143
Encargos financeiros líquidos	2.168.472	5.582.600	5.935.516	8.779.069
Custos com o pessoal	52.182.116	49.030.958	64.209.028	60.654.179
Investimento líquido	25.941.915	-1.153.764	21.698.896	11.661.443
Volume de emprego	2.102	2.936	3.021	3.186
Resultado líquido com int. minoritários	9.314.755	14.801.121	4.588.386	5.467.921
Resultado líquido sem int. minoritários	9.715.296	14.707.295	4.771.339	5.008.326
Grau de autonomia financeira	42,31%	35,53%	33,97%	31,64%



Relatório do Conselho de Administração

Introdução

A economia portuguesa no decorrer de 2007 manteve o ritmo de recuperação iniciado no ano transacto, estimando-se um crescimento do PIB de 1,9%. Face à zona euro, este incremento ainda se traduz num diferencial negativo que, no entanto, se tem vindo a diluir.

O contributo do Investimento foi decisivo para a evolução favorável da conjuntura macroeconómica, com um aumento de 2,6%, invertendo a tendência negativa dos últimos anos. Este facto denota um aumento dos índices de confiança dos empresários portugueses, bem como da maior capacidade de captação de investimento directo estrangeiro.

O agravamento da taxa de desemprego para níveis máximos históricos, em conjunto com a subida das taxas de juro e preço de combustível, foram factores internos que em muito contribuíram para que o consumo privado não tenha tido uma evolução similar à do PIB.

Para um enquadramento macroeconómico da economia portuguesa, sintetiza-se no quadro abaixo os principais indicadores, em termos comparativos:

(%)	2006	2007	2008 PREV
PIB	1,2	1,9	2,0
Procura Interna	0,2	1,2	1,4
Exportações	9,1	7,0	4,9
Importações	4,3	4,1	2,9

Fonte: Banco de Portugal

Para 2008 as perspectivas macroeconómicas apontam para uma aceleração moderada do PIB, rumo à convergência da zona euro. Para isso, é expectável o continuado aumento de confiança por parte dos investidores, que se encontra apoiado por um clima de estabilidade resultante do processo de consolidação orçamental, e ainda pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional. Este cenário, poderá no entanto ser de alguma forma afectado pela turbulência dos mercados financeiros internacionais, e por uma possível desaceleração da economia norte americana.

Sector Automóvel

Centrando-se a actividade do Grupo Toyota Caetano Portugal no sector automóvel, nomeadamente na marca Toyota, por si representada, surge a necessidade da sua contextualização no âmbito do mercado automóvel nacional.

Assim, o sector automóvel registou em 2007 um incremento de 4,3% face ao ano transacto, num quadro de crescimento moderado da economia portuguesa, potenciado pelo aumento do consumo de bens duradouros.

A contribuir para esta evolução favorável, destaca-se a alteração ao critério de tributação dos veículos, em vigor desde Julho, bem como o Programa de Incentivo ao Abate de veículos em Fim de Vida.

No que concerne à marca Toyota, esta superou a performance do mercado onde se encontra inserida, com um crescimento de 9,9%, face a 2006. Desta forma, foi possível conquistar uma quota de mercado de 6,6% e ocupar a sétima posição do ranking das marcas mais vendidas em Portugal, rumo ao objectivo traçado de estar nas cinco mais vendidas no território nacional.

Em 2008, com a comemoração dos 40 anos da Toyota em Portugal, a marca aponta para um crescimento das vendas, na ordem dos 7,7% contando para isso com o lançamento do "Projecto 18.24" que consiste na apresentação de 18 novidades em 24 meses.

De modo sintético, surgem de seguida as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, com uma abordagem agregada a um painel de indicadores, sobre contas individuais, para mostrar a evolução do negócio, sendo o Euro a moeda de referência.



Toyota Caetano Portugal, S. A.

A Toyota Caetano Portugal, anteriormente denominada Salvador Caetano I.M.V.T., S.A., em 2007, evidenciou um bom desempenho, resultado da combinação do crescimento das vendas de viaturas, com o aumento de produção na sua unidade fabril, em Ovar.

Na marca Toyota, o lançamento do modelo Toyota Auris e a nova geração Corolla, juntamente com as novas motorizações da Toyota Hilux, culminaram com a venda de 18.235 unidades, ocupando o Yaris uma posição cimeira nas vendas, com um total de 4.543 unidades vendidas, logo seguido pelo Toyota Auris.

Quanto à Lexus, assinala-se 2007 como o segundo ano recorde de vendas consecutivo, desde a sua implementação em Portugal, com um crescimento de 17,6% a que corresponde 443 unidades vendidas.

Para 2008 será feita uma forte aposta ao nível do investimento do importador, para colocar esta marca nas Premium de referência, apostando na melhoria sustentada e expansão das instalações de venda e após-venda.

Os equipamentos industriais da marca Toyota também acompanharam a linha evolutiva das demais áreas de negócio da empresa, atingindo um máximo histórico, e reforçando a sua posição dianteira de vendas de equipamentos de movimentação de cargas, através da formalização de importantes contratos nacionais.

Relativamente à unidade fabril de Ovar, a sua produção cresceu 28,4% face a 2006, fruto da excelente aceitação do modelo Dyna no mercado nacional, bem como no de exportação, onde representa 60% do valor global. De acordo com o plano de produção da fábrica de Ovar, augura-se para 2008, um continuado incremento de actividade.

Por fim, refira-se a transferência da actividade de Tratamento de Superfície da unidade fabril do Carregado, parte integrante da actividade da Toyota Caetano Portugal até finais de 2006, para uma nova empresa – Caetano Coatings, constituída no seio do Grupo Salvador Caetano SGPS, S.A..

	2006	2007	VARIAÇÃO
Volume de negócios	382.660.904	424.634.659	10,97%
E.B.I.T.D.A. operacional	22.124.924	24.438.659	10,46%
E.B.I.T.	14.880.701	16.828.032	13,09%
Resultado antes dos impostos	10.381.385	13.705.618	32,02%

Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A.

Anteriormente designada por Salvador Caetano Comércio de Automóveis, a Caetano Auto é a empresa do Grupo Toyota Caetano Portugal que assegura a comercialização das marcas Toyota e Lexus no mercado nacional de retalho automóvel.

A empresa desenvolve a actividade de venda e assistência de viaturas directamente, e indirectamente através das suas participadas Autopartner Comércio de Automóveis e Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel.

O aumento de cerca de 70% no resultado antes de impostos, relativamente a 2006, reflecte a boa performance da marca Toyota em Portugal, bem como a aposta feita na melhoria contínua do após-venda.

	2006	2007	VARIAÇÃO
Volume de negócios	267.576.009	304.581.751	13,83%
E.B.I.T.D.A. operacional	6.788.650	9.578.946	41,10%
E.B.I.T.	1.281.589	2.532.348	97,59%
Resultado antes dos impostos	1.665.460	2.826.293	69,70%

**Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A.**

A Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A., empresa participada de forma indirecta pela Caetano Auto, desenvolve a sua actividade com a comercialização e assistência de viaturas, da marca Toyota.

Esta empresa, com pontos de venda e assistência técnica dispersos pela área do Grande Porto, continuou em 2007 a sua estratégia de expansão com a abertura de mais uma instalação comercial. Os investimentos associados a esta política de cobertura geográfica contribuíram para o agravamento dos prejuízos registados, face a 2006.

Desta forma, espera-se para 2008 uma melhoria dos resultados, contributo da exploração em pleno dos espaços criados.

	2006	2007	VARIAÇÃO
Volume de negócios	14.125.081	16.751.108	18,59%
E.B.I.T.D.A. operacional	130.305	69.350	-46,78%
E.B.I.T.	-4.559	-215.893	-4635,58%
Resultado antes dos impostos	-35.795	-279.634	-681,21%

Auto Partner II – Reparador de Colisão Automóvel, S.A.

A Auto Partner II – Reparador de Colisão Automóvel, S.A., detida indirectamente pela Caetano Auto, tem como área de negócio a reparação e assistência técnica automóvel, circunscrita à zona do Grande Porto e Bragança.

Na sequência dos prejuízos obtidos no decorrer do primeiro semestre de 2007 num dos estabelecimentos – Centro de Colisão da Circunvalação, foi imprescindível implementar um processo de reestruturação que passou pela diminuição da actividade de dois turnos para um.

Deste modo, é expectável que 2008 reflecta a reforma encetada, numa linha de progressão favorável dos resultados.

	2006	2007	VARIAÇÃO
Volume de negócios	4.536.854	5.141.060	13,32%
E.B.I.T.D.A. operacional	-330.007	-838.240	-154,01%
E.B.I.T.	-389.544	-1.101.510	-182,77%
Resultado antes dos impostos	-389.914	-1.115.654	-186,13%

Caetano Renting, S.A.

Caetano Renting, é a nova designação para a Salvador Caetano Aluguer de Automóveis, empresa responsável pela actividade de rent-a-car, com uma frota essencialmente ligada à marca Toyota, contempla viaturas e máquinas de movimentação de carga.

O aumento considerável dos custos operacionais ocorridos em 2006 foi decididamente recuperado em 2007, permitindo a inversão do resultado para uma zona sustentada de lucro.

Para 2008, prevê-se um acréscimo nominal do volume de negócios de 2,4%, decorrente do benefício fiscal direccionado para as Rent-a-Car's, consubstanciado na redução nas rendas dos subalugueres. Assim, estima-se que o resultado antes de impostos se irá situar ao nível do alcançado no exercício em análise.

	2006	2007	VARIAÇÃO
Volume de negócios	7.451.135	8.245.934	10,67%
E.B.I.T.D.A. operacional	6.943.247	8.721.510	25,61%
E.B.I.T.	528.657	1.583.686	199,57%
Resultado antes dos impostos	-382.065	487.675	227,64%

I.P.E. – Indústria Pprodutora de Espumas, S.A.

A IPE, centra a sua actividade na produção de espumas e componentes para o ramo automóvel, passando a apresentar-se em 2008 ao mercado sob a denominação de Caetano Components, subjacente a uma estratégia de alargamento de horizontes.

Esta empresa encontra-se naturalmente dependente da Toyota Caetano Portugal, na sua unidade fabril de Ovar, e da Caetanobus, empresa do Grupo Salvador Caetano, pelo que o desempenho destas culminará na evolução favorável dos seus resultados. Complementarmente, encontram-se em curso negociações de parcerias com entidades externas ao Grupo.

Para 2008, projecta-se a obtenção da certificação ambiental HSS, ISSO 14001 e NP4397 e a melhoria dos rácios de funcionamento, rumo à recuperação dos prejuízos acumulados.

	2006	2007	VARIAÇÃO
Volume de negócios	8.746.100	9.574.333	9,47%
E.B.I.T.D.A. operacional	1.074.238	1.606.052	49,51%
E.B.I.T.	794.391	949.133	19,48%
Resultado antes dos impostos	704.344	893.650	26,88%

Cabo Verde Motors, S.A.

O Grupo Toyota Caetano Portugal, encontra-se presente em Cabo Verde, através da sua participada Cabo Verde Motors, para a comercialização do produto Toyota onde assume uma posição de referência no mercado.

Em 2007, a economia cabo verdiana regista uma tendência ascendente do PIB, contributo do aumento do consumo e do investimento privado, assumindo o Turismo um papel preponderante na evolução económica do País.

O resultado antes de impostos alcançado tem subjacente um aumento significativo de actividade, que foi possível conjugar com um incremento na margem de comercialização.

As perspectivas para 2008 figuram um cenário propício ao crescimento económico de Cabo Verde, assente no incremento do investimento directo estrangeiro bem como na estabilização orçamental e monetária, o que poderá induzir uma evolução favorável sustentável da Cabo Verde Motors.

	2006	2007	VARIAÇÃO
Volume de negócios	14.137.893	17.161.957	21,39%
E.B.I.T.D.A. operacional	1.577.887	2.739.487	73,62%
E.B.I.T.	1.174.766	2.526.624	115,07%
Resultado antes dos impostos	1.208.246	2.478.850	105,16%

Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE

Actividade Financeira

Subjacente à deliberação do Conselho de Administração, em Novembro de 2006, o perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal alterou-se em 2007, com o propósito de nele concentrar a actividade directa ou indirectamente ligada ao produto Toyota. Com efeito, já em 2006, de acordo com o previsto na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5, as contas consolidadas do Grupo reflectiram, nos activos, passivos e resultados, as operações descontinuadas correspondentes às empresas excluídas do perímetro.

De modo a permitir aos investidores avaliar o tipo e a extensão dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros detidos pelas empresas, bem como a forma de gerir os mesmos, o Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas de 2007 inclui pois informação adicional, com comparativos com o ano transacto, resultante do cumprimento da Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 7.

Depois da salvaguarda feita ao normativo internacional, a análise centra-se de seguida nos principais indicadores consolidados do Grupo Toyota Caetano Portugal.

A Auto Partner SGPS e as suas participadas, Auto Partner Comércio de Automóveis e Auto Partner II Reparador de Colisão Automóvel, entraram pela primeira vez neste processo de consolidação, por integração global, com o consequente impacto ao nível das demonstrações financeiras.

Em 2007, o volume de negócios consolidado ascende a 545,5 milhões de Euros, mais 13% do que o obtido em



2006, onde se destaca o contributo da Caetano Auto e da Cabo Verde Motors.

No exercício, o Grupo regista resultados operacionais de 16 milhões de Euros, quando no ano transacto este agregado ascendia a 24,8 milhões, efeito da redução de perímetro.

O resultado líquido consolidado, no montante de 11,1 milhões de Euros, traduz um decréscimo de 27,8% face ao período homólogo de 2006, acompanhando a trajectória dos resultados operacionais.

Do lucro alcançado, 1,8 milhões de Euros correspondem a operações descontinuadas, explicado pelo benefício que decorreu da alienação das empresas excluídas do perímetro de consolidação.

Salienta-se por fim, a evolução favorável do Grau de Autonomia que no final de 2007 se situa em 42%, mais 6 p.p. que em 2006, o que evidencia a preocupação constante do Grupo em assegurar a sustentabilidade financeira. Com efeito, assistiu-se a uma diminuição de 16,6 milhões de Euros de financiamento remunerado, numa linha evolutiva comum a todas as empresas, com reflexo ao nível da melhoria dos resultados financeiros.

Conclusão

O ano de 2007 consubstancia uma boa performance nas empresas fulcrais do Grupo, propiciada pelos índices de confiança da economia e crescimento do sector automóvel animado pelos incentivos fiscais atribuídos.

Num quadro macroeconómico que permite antever uma evolução favorável do sector onde o Grupo actua, perspectiva-se uma conquista gradual da quota de mercado das marcas representadas pelo Grupo, associada a uma estabilização dos resultados alcançados.

Por fim, é nossa ambição assegurar sempre a total satisfação dos nossos clientes, num sistema de melhoria contínua, tendo por base a filosofia de gestão "Toyota Way" baseada no Kaizen, como pedra basilar do Grupo Toyota Caetano Portugal, que, em 2008, assinala os 40 anos de presença da Toyota em Portugal.

Vila Nova de Gaia, 19 de Março de 2008

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente

José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente

Tetsuo Agata

Alain Uyttenhoven

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Ana Maria Martins Caetano



Demonstrações Financeiras

BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	NOTAS	IAS/IFRS 31/12/2007	IAS/IFRS 31/12/2006
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Imobilizações incorpóreas	6	410.019	364.935
Imobilizações corpóreas	7	102.699.447	105.625.942
Propriedades de investimento	8	18.600.828	7.642.761
Investimentos em empresas associadas	9	-	1.098.968
Investimentos disponíveis para venda	9	15.259.320	16.967.025
Outras dívidas de terceiros	12	-	1.111.072
Activos por impostos diferidos	14	2.568.264	2.490.221
Clientes	11	3.006.566	1.902.854
Total do activo não corrente		142.544.444	137.203.778
ACTIVO CORRENTE:			
Existências	10	109.925.764	95.098.164
Clientes	11	70.219.441	71.262.920
Outras dívidas de terceiros	12	9.094.591	5.199.020
Outros activos correntes	13	2.059.922	3.600.294
Caixa e equivalentes a caixa	15	4.506.433	8.805.848
Total do activo corrente		195.806.151	183.966.246
Activos não correntes detidos para venda	5	-	69.497.466
Total do activo		338.350.595	390.667.490

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim



BALANÇO CONSOLIDADO

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	IAS/IFRS 31/12/2007	IAS/IFRS 31/12/2006
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		6.958.903	6.568.803
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão cambial		(1.695.238)	112.055
Reservas de conversão cambial associadas a activos não correntes detidos p/ venda		-	(720.479)
Reservas de justo valor		6.795.767	7.234.880
Outras reservas		74.439.433	65.785.732
Resultado consolidado líquido do exercício		11.525.897	14.360.280
		139.219.946	134.536.455
Interesses minoritários	18	3.936.005	4.285.575
Total do capital próprio		143.155.951	138.822.030
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	19	2.000.000	8.000.000
Responsabilidades por pensões	23	3.862.549	3.862.549
Outras dívidas a terceiros	21	2.537.197	1.266.073
Passivos por impostos diferidos	14	4.424.283	5.022.825
Total do passivo não corrente		12.824.029	18.151.447
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	19	96.072.286	102.730.286
Empréstimos obrigacionistas	19	-	3.750.000
Outros empréstimos	19	-	175.177
Fornecedores	20	47.513.264	44.308.643
Outras dívidas a terceiros	21	21.085.627	19.586.408
Outros passivos correntes	22	15.571.536	14.349.816
Provisões	24	2.127.902	1.960.090
Instrumentos financeiros derivados		-	97.195
Total do passivo corrente		182.370.615	186.957.615
Passivos associados a activos não correntes detidos para venda	5	-	46.736.398
Total do passivo e capital próprio		338.350.595	390.667.490

O Conselho de Administração
Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Alain Uyttenhoven
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano



DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Notas	31/12/2007	31/12/2006
Proveitos operacionais:			
Vendas	30	516.489.150	460.622.055
Prestações de serviços	30	29.040.659	24.071.161
Outros proveitos operacionais	31	31.452.875	31.798.138
Total de proveitos operacionais		576.982.684	516.491.354
Custos operacionais:			
Custo das vendas	10	425.843.466	367.538.066
Variação da produção	10	(448.037)	(805.942)
Fornecimentos e serviços externos		55.427.429	51.194.402
Custos com o pessoal		52.182.116	49.030.958
Amortizações e depreciações	6 e 7	19.503.055	17.002.924
Amortizações de propriedades de investimento		1.168.877	270.703
Provisões e perdas por imparidade	24	1.668.315	800.493
Outros custos operacionais		5.587.778	6.601.586
Total de custos operacionais		560.932.999	491.633.190
Resultados operacionais		16.049.685	24.858.164
Resultados relativos a empresas associadas	32	-	(9.551)
Custos financeiros	32	(6.066.744)	(6.847.129)
Proveitos financeiros	32	3.898.272	1.274.080
Resultados antes de impostos de operações continuadas		13.881.213	19.275.564
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	26	(4.566.458)	(4.474.443)
		9.314.755	14.801.121
Resultados antes de impostos de operações descontinuadas	5	1.810.601	1.553.743
Impostos sobre o rendimento de operações descontinuadas		-	(950.191)
		1.810.601	603.552
Resultado líquido consolidado do exercício		11.125.356	15.404.673
Resultado líquido consolidado das operações continuadas			
Atribuível:			
ao Grupo		9.715.296	14.707.295
a interesses minoritários	18	(400.541)	93.826
		9.314.755	14.801.121
Resultado líquido consolidado das operações descontinuadas			
Atribuível:			
ao Grupo	5	1.810.601	(347.015)
a interesses minoritários		-	950.567
		1.810.601	603.552
Resultado líquido consolidado			
Atribuível:			
ao Grupo		11.525.897	14.360.280
a interesses minoritários	18	(400.541)	1.044.393
		11.125.356	15.404.673
Resultados por acção:			
Básico			
de operações continuadas	27	0,266	0,423
de operações descontinuadas	27	0,052	0,017
		0,318	0,440
Diluído			
de operações continuadas	27	0,266	0,423
de operações descontinuadas	27	0,052	0,017
		0,318	0,440

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração
Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins
Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano



DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	INTERESSES MINORITÁRIOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	35.000.000	6.208.803	6.187.307	(331.840)	4.013.129	64.815.853	80.893.252	3.238.297	4.771.339	123.902.888
Aplicação do resultado consolidado de 2005:										
Transferência para reserva legal	-	360.000	-	-	-	-	360.000	-	(360.000)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.500.000)	(3.500.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	911.339	911.339	-	(911.339)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(276.584)	-	-	(276.584)	-	-	(276.584)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis / venda	-	-	-	-	3.221.751	-	3.221.751	-	-	3.221.751
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.360.280	14.360.280
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	1.044.393	-	1.044.393
Outros	-	-	7.877	-	-	58.540	66.417	2.885	-	69.302
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	35.000.000	6.568.803	6.195.184	(608.424)	7.234.880	65.785.732	85.176.175	4.285.575	14.360.280	138.822.030
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	35.000.000	6.568.803	6.195.184	(608.424)	7.234.880	65.785.732	85.176.175	4.285.575	14.360.280	138.822.030
Aplicação do resultado consolidado de 2006:										
Transferência para reserva legal	-	390.100	-	-	-	-	390.100	-	(390.100)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.950.000)	(5.950.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	8.020.180	8.020.180	-	(8.020.180)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(1.086.814)	-	-	(1.086.814)	-	-	(1.086.814)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis p/ venda	-	-	-	-	(439.113)	-	(439.113)	-	-	(439.113)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	11.525.897	11.525.897
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(400.541)	-	(400.541)
Outros	-	-	-	-	-	633.521	633.521	50.971	-	684.492
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	35.000.000	6.958.903	6.195.184	(1.695.238)	6.795.767	74.439.433	92.694.049	3.936.005	11.525.897	143.155.951

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração
Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Alain Uyttenhoven
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2007		2006	
Recebimentos de Clientes	697.842.450		881.544.783	
Pagamentos a Fornecedores	-608.173.933		-763.288.514	
Pagamentos ao Pessoal	-44.413.596		-47.314.096	
Fluxo gerado pelas Operações		45.254.921		70.942.173
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-3.041.139		-3.922.918
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-53.869.783		-61.776.923
Fluxo das Actividades Operacionais		-11.656.001		5.242.332
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Imobilizações Financeiras	16.845.964			
Imobilizações Corpóreas	19.393.187		20.568.442	
Imobilizações Incorpóreas	14.556			
Subsídios de Investimento			11.092	
Juros e Proveitos Similares	582.173		949.097	
Dividendos	449.131	37.285.011		21.528.631
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	-610			
Imobilizações Corpóreas	-11.046.611		-14.443.861	
Imobilizações Incorpóreas	-204.164	-11.251.385	-73.104	-14.516.965
Fluxo das Actividades de Investimento		26.033.626		7.011.666
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	184.690	184.690	32.713.143	32.713.143
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	-16.951.452		-31.578.570	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-237.222		-202.377	
Juros e Custos Similares	-5.094.785		-7.815.606	
Dividendos	-5.948.248	-28.231.707	-3.528.021	-43.124.574
Fluxo das Actividades de Financiamento		-28.047.017		-10.411.431
CAIXA E EQUIVALENTES				
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		18.175.825		16.333.258
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		4.506.433		18.175.825
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		-13.669.392		1.842.567

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração
Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Alain Uyttenhoven
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes	2007	2006
Numerário	124.296	477.207
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	4.373.042	17.685.499
Equivalentes a Caixa	9.095	13.119
Caixa e Seus Equivalentes	4.506.433	18.175.825
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	4.506.433	18.175.825

O Técnico de Contas
Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração
Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Tetsuo Agata
Alain Uyttenhoven
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Ana Maria Martins Caetano

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

1. Nota Introdutória

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e que se insere num Grupo (“Grupo Toyota Caetano”), cujas empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

Por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro de 2006, e na sequência da proposta do Conselho de Administração de 13 de Outubro de 2006, foram alienados em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais (ver comunicado ao Mercado de 20 de Novembro de 2006).

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2007, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como segue:

EMPRESAS	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
IPE – Indústria Produtora de Espumas, S.A. (“IPE”)	Carvalhos
Caetano Renting, S.A. (ex- Salvador Caetano – Aluguer de Automóveis, S.A.) (“Caetano Rent”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (ex- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis, S.A.) (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner SGPS, S.A. (“Auto Partner SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner II - Reparador de Colisão Automóvel, S.A. (“Auto Partner II”)	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Salvador Caetano (UK), Ltd. (“Salvador Caetano UK”)	Leicestershire (Inglaterra)
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.3 d).

2. Bases de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas

As bases de apresentação e as principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), tal como adoptadas na União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2007.



2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

Durante o exercício de 2007, a Toyota Caetano aplicou pela primeira vez a IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros”, obrigatória para os exercícios com início em 1 de Janeiro de 2007 bem como as correspondentes alterações à IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. A aplicação desta norma resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo (Notas 2.4 v), 11, 19, 21 e 24).

Adicionalmente, foram também emitidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 cinco interpretações: (i) IFRIC 7 – “Adopção do Método de Reexpressão” segundo a IAS 29 – “Reporte Financeiro em Economias Hiperinflacionárias”; (ii) IFRIC 8 – “Âmbito da IFRS 2”; (iii) IFRIC 9 – “Reavaliação dos Derivados Embutidos”; (iv) IFRIC 10 – “Demonstrações Financeiras Intercalares e Imparidades”; e (v) IFRIC 11 – “IFRS 2 – Grupos e Transacções com Base em Acções”. A aplicação destas interpretações não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

Por último, à data da emissão destas demonstrações financeiras, tinham sido emitidas as seguintes normas e interpretações, cuja aplicação ainda não era obrigatória e cuja ratificação pela União Europeia ainda não ocorreu:

- Revisão da IFRS 3 – “Concentrações Empresariais” – (obrigatória a 1 de Julho de 2009);
- IFRS 8 – “Segmentos Operacionais” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRIC 12 – “Acordos sobre Serviços de Concessão” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);
- IFRIC 13 – “Programas de Fidelização de Clientes” – (obrigatória a 1 de Julho de 2008);
- IFRIC 14 – “IAS 19 – Os Limites de um Plano de Benefícios Definidos” – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);

Estima-se que estas normas e interpretações não terão efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de custos e proveitos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e suposições efectuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

2.3. Princípios de consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Nas situações em que os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após confirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.



Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas". Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas".

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão (com excepção para a parcela imputável a diferenças de consolidação).

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica "Diferenças de consolidação", e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica "Investimentos em empresas associadas", e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações consolidadas anexas não incluem "Diferenças de consolidação".

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão". As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de "Outras reservas".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2007 e 2006, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

2007

	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2007	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2007	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2006
SC (UK), Ltd.	GBP	1,36631	1,45792	1,42645	1,49218
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2006

	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2006	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2006	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2005
SC (UK), Ltd.	GBP	1,49218	1,46934	1,42645	1,46214
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.4. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam concluídos ou em estado de serem usados, pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20-50
- Equipamento básico	7-16
- Equipamento de transporte	4-5
- Ferramentas e utensílios	4-14
- Equipamento administrativo	3-14
- Outras imobilizações corpóreas	4-8

Excepção feita a activos afectos às seguintes empresas:

(i) Caetano Renting, S.A. no que diz respeito ao equipamento de transporte em que se pratica o regime de duodécimos das amortizações a partir do momento em que o bem está em estado de ser usado até ao fim da sua vida útil; este tratamento diferenciado deve-se à especificidade do negócio de rent-a-car.

(ii) Caetano – Auto, S.A. que amortiza por duodécimos as viaturas de serviço adquiridas no ano e a partir do mês de aquisição.

O Conselho de Administração entende que a amortização numa base anual, com as excepções assinaladas não produzem um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são transferidas para imobilizado corpóreo e amortizadas a



partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respectivo justo valor, que não é inferior ao custo, objecto de divulgação (Nota 8).

Sempre que o justo valor destes activos se revele inferior ao seu respectivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Amortizações de propriedades de investimento” na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Outros proveitos operacionais” na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação é determinado pela avaliação anual efectuada por uma entidade especializada independente – Sinergimo – Consultores de Gestão, Lda. (modelos do Método de mercado e Método do custo).

d) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, consequentemente, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Existências



As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

g) Imparidade de activos, excepto diferenças de consolidação

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

l) Investimentos

Os investimentos detidos pelo Grupo são classificados como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade, designados como activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, e relativamente aos quais existe a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados ("Investimentos detidos para



negociação”), fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos com o objectivo de obtenção de lucros no curto prazo e são classificados como Activos não correntes.

- Investimentos disponíveis para venda, designados como todos os restantes investimentos que não sejam considerados como detidos até à maturidade ou mensurados ao justo valor através de resultados, sendo classificados como Activos não correntes.
- Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.
- Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço correspondente à sua cotação em bolsa de valores, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.
- Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.
- Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.
- Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação financeira.

II) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

III) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

IV) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

V) Instrumentos financeiros derivados

Por vezes o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação (especulação). Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro (“Cash flow hedges”) e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2007 não se encontravam contratados quaisquer instrumentos financeiros derivados.

VI) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Responsabilidades por pensões

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“associados”) por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantiver a decisão de realizar



contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições. Estes complementos de reforma configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um Fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method".

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 23).

Decorrem propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, em apreciação e aprovação pelo Instituto de Seguros de Portugal, conforme divulgado na Nota 23.

l) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Consolidação fiscal

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal, e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano em 31 de Dezembro de cada ano.

As restantes empresas do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

**o) Especialização de exercícios e Rêdito**

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

p) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

r) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

s) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rêdito ao nível dos segmentos de negócios identificados é incluída na Nota 28.

t) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de Dezembro não existiam activos não correntes detidos para venda e que correspondam com os requisitos acima referidos.

u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 incluem:

a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;

b) Registo de ajustamentos aos valores do activo (contas a receber e existências) e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

v) Política de gestão do risco financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), o risco de liquidez e o risco de crédito.

A política de gestão de riscos financeiros do Grupo deriva da incerteza dos mercados financeiros, e tem subjacente uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, pelo que procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de crédito.

Risco de mercado

l) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em Inglaterra e Cabo Verde. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio. A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A política de gestão do risco de câmbio de tradução do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.3.d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como segue:

	ACTIVOS		PASSIVOS	
	Dez 07	Dez 06	Dez 07	Dez 06
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5.366.483	5.852.906	1.041.811	3.130.114
Libra Esterlina (GBP)	709.633	625.181	5.045	26.978
Coroa Norueguesa (DKK)	229.661	132.621	-	-
Coroa Sueca (SEK)	28.651	711	9.375	9.838
Yene Japonês (JPY)	-	-	816.749	1.057.850

A sensibilidade do Grupo a variações nas taxas de câmbio pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições) expressos em Euros):

	Variação	2007		2006	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Libra Esterlina (GBP)	5%	35.229	153.062	53.970	167.163
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5%	86.760	216.234	42.267	136.140

Esta tabela detalha os eventuais impactos gerados nas demonstrações financeiras do Grupo pela conversão das demonstrações financeiras das suas subsidiárias que relatam em moeda diferente do Euro, caso ocorressem as referidas variações nas taxas de câmbio.

II) Risco de preço

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2007 e 2006, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Investimentos disponíveis para venda”. Aquela rubrica é essencialmente composta por ações detidas no Banco Comercial Português, S.A. e no Banco BPI, S.A., as quais foram adquiridas em exercícios anteriores. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Investimentos disponíveis para venda”, o efeito de alterações no respectivo justo valor é reconhecido por contrapartida de capital próprio.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos disponíveis para venda pode ser resumida como segue (aumentos/diminuições):

		2007	2006
	Variação	Capital Próprio	Capital Próprio
BCP	10%	662.529	635.302
BPI	10%	847.566	934.536

III) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento do Grupo Toyota Caetano encontra-se indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes factores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de Taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de Taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data do balanço. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efectiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juros nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como segue (aumentos/diminuições):

		2007		2006	
	Variação	Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Contas correntes caucionadas	1 p.p.	309.000	-	407.195	-
Descoberto Bancário	1 p.p.	79.751	-	20.608	-
Papel Comercial	1 p.p.	591.972	-	562.000	-
Empréstimo de MLP	1 p.p.	-	-	117.500	-
Empréstimo Obrigacionista	1 p.p.	-	-	37.500	-
Total		980.723	-	1.144.803	-



IV) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objectivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 19 e 21, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

V) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objectivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efectuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de Dezembro de 2007 era de, aproximadamente, 7.223.000 Euros (7.801.000 em 31 de Dezembro de 2006), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos (Nota 11).

O Grupo recorre igualmente a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correção de Erros Fundamentais

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. Empresas do Grupo Incluídas na Consolidação

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva	
	Dez-07	Dez-06
Toyota Caetano Portugal, SA	Empresa Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd	99,82%	99,82%
IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA	99,98%	99,98%
Cabo Verde Motors SARL	81,24%	99,99%
Caetano Renting, SA	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, SA	92,89%	92,89%
Auto Partner SGPS SA	46,45%	n.a.
Auto Partner - Comércio de Automóveis, SA	46,45%	n.a.
Auto Partner I I- Reparador de Colisão Automóvel, SA	46,45%	n.a.
Portianga - Comércio Internacional e Participações, SA	n.a.	99,98%
Salvador Caetano Espanha, SA	n.a.	99,23%
Salvador Caetano Moçambique, SARL	n.a.	63,33%
Robert Hudson, Ltd	n.a.	99,98%
Forcabo-Veículos Automóveis, Lda	n.a.	99,91%
Caetano UK Limited	n.a.	99,82%
Reliant Coaches, Ltd	n.a.	99,82%
Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, SA	n.a.	73,98%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.3 a)).

5. Alterações Ocorridas no Perímetro de Consolidação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação, as quais afectaram a comparabilidade das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007, com as do exercício anterior:

Inclusão no perímetro de consolidação
Grupo Auto Partner:
Auto Partner, SGPS, S.A.
Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A.
Auto Partner II, S.A.

As empresas acima referidas foram consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 pelo método da equivalência patrimonial, tendo passado a consolidar pelo método de integração global na sequência da crescente influência na gestão operacional e financeira exercida pelo Grupo Toyota Caetano.

Adicionalmente, e conforme descrito na Nota introdutória, foram alienados em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais. Esta alienação envolveu as seguintes entidades, que desta forma deixaram de pertencer ao perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano:



Participação directa da Toyota Caetano Portugal, S.A.:

Transcom, SARL.

Salvador Caetano (Moçambique), SARL

Participação directa da Saltano, SGPS, S.A.:

Salvador Caetano Espanha, S.A.

CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A.

Portianga – Comércio Internacional e Participações, S.A.

Conrac, GMBH

Global S, (SGPS), S.A.

Participação directa da Cabo Verde Motors, SARL:

Indicabo – Veículos Automóveis, Lda.

Forcabo – Veículos Automóveis, Lda.

Participação directa da Salvador Caetano (UK), Ltd.:

Reliant Coaches, Ltd.

SC Coachbuilders, Ltd.

Participação directa da Portianga, S.A.:

Robert Hudson, Ltd.

Activos:

Divisão Fabril do Carregado (Pintura industrial e Tratamento de superfície)

O valor global da alienação das participações financeiras acima referidas e, deste modo, de todos os activos e passivos afectos a essas entidades, ascendeu a, aproximadamente, 14.541.000 Euros (Nota 15). Adicionalmente, e em conformidade com a deliberação referida na Nota Introdutória, o conjunto dos bens activos, com todos os direitos inerentes, nomeadamente direitos de propriedade intelectual e licenças, e dos passivos afectos à Divisão Fabril do Carregado, foi igualmente objecto de alienação pelo montante 8.850.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2006, os activos e passivos correspondentes às entidades acima referidas foram classificados no balanço consolidado nas rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos associados aos activos não correntes detidos para venda”, em conformidade com a IFRS 5.

A operação acima referida resultou no registo de uma mais-valia na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, na rubrica “Resultados antes de impostos de operações descontinuadas” que pode ser resumida como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR
Activos detidos para venda alienados	-69.497.466
Passivos associados a activos detidos para venda alienados	46.736.398
Reserva cambial associada a activos detidos para venda alienados	-720.479
Impacto da redução da participação na empresa Cabo Verde Motors, S.A.R.L.	-473.192
Interesses minoritários nos activos e passivos detidos para venda	3.675.217
	-20.279.522
Valor de venda das participações financeiras	14.541.006
Valor de venda da Divisão Fabril do Carregado	8.850.000
Interesses minoritários nos valores de venda	-1.279.497
	22.111.509
Outros	-21.386
	1.810.601



6. Imobilizações Incorpóreas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2007	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvol.	Prop. Ind. e outros direitos	Trespases	Adiantam. por c/ Imob. Incorpóreo	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	142.780	4.839.143	42.750	1.065.053	60.430	6.150.156
Adições	-	449.619	-	-	-	449.619
Alienações	-49.940	-	-62.625	-	-	-112.565
Variações de perímetro	-92.282	-2.416.091	-	-	-	-2.508.373
Transferências e abates	74.299	-85.209	63.825	-	-60.430	-7.515
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	74.857	2.787.462	43.950	1.065.053	-	3.971.322
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	31.465	4.052.924	42.750	1.065.053	-	5.192.192
Amortização do exercício	-	343.470	9.775	-	-	353.245
Alienações, abates e transferências	16.668	-76.283	-9.175	-	-	-68.790
Variações de perímetro	-34.530	-1.880.814	-	-	-	-1.915.344
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	13.603	2.439.297	43.350	1.065.053	-	3.561.303
Valor líquido	61.254	348.165	600	-	-	410.019

2006	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvol.	Prop. Ind. e outros direitos	Trespases	Adiantam. por c/ Imob. Incorpóreo	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	71.399	4.218.786	62.162	1.065.053	40.200	5.457.600
Adições	194.450	582.464	-	-	20.230	797.144
Alienações	-18.456	-	-	-	-	-18.456
Transferências e abates	-104.613	37.893	(19.412)	-	-	-86.132
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	142.780	4.839.143	42.750	1.065.053	60.430	6.150.156
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	71.399	3.139.321	42.750	1.065.053	-	4.318.523
Amortização do exercício	8.000	813.318	-	-	-	821.318
Alienações, abates e transferências	(47.934)	100.285	-	-	-	52.351
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	31.465	4.052.924	42.750	1.065.053	-	5.192.192
Valor líquido	111.315	786.219	-	-	60.430	957.964
Activos detidos para venda	57.752	535.277	-	-	-	593.029
Valor líquido	53.563	250.942	-	-	60.430	364.935

7. Imobilizações Corpóreas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2007	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Const.	Equip. Básico	Equip. de Transporte	Ferram. e Utensílios	Equipam. Admin.	Outras Imob. Corpóreas	Imobil. em Curso	Adiant. p/ conta imob. Corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	22.916.966	104.002.312	59.419.320	51.600.853	11.289.995	8.851.862	4.358.687	5.265.570	164.574	267.870.139
Adições	212.505	5.728.013	2.749.009	40.517.399	567.230	616.145	662.127	2.523.880	-	53.576.308
Alienações e abates	0	-290.490	-1.895.951	-38.530.284	-338.213	-701.991	-732.059	-	-	-42.488.988
Variações de perímetro	-2.624.301	-11.805.529	-15.286.759	-645.229	-1.306.712	-166.650	-947.652	-1.962.426	-	-34.745.258
Transferências	-4.186.340	-18.923.285	787.348	1.755.312	219.412	101.403	605.402	-4.205.503	-164.574	-24.010.825
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	16.318.830	78.711.021	45.772.967	54.698.051	10.431.712	8.700.769	3.946.505	1.621.521	-	220.201.376
Amort. e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	-	59.917.638	40.506.003	15.966.217	10.322.422	7.907.152	2.904.612	-	-	137.524.044
Amortização do exercício	-	3.758.020	2.440.805	11.635.450	572.519	483.930	259.086	-	-	19.149.810
Alienações, abates e transferências	-	-14.561.857	-1.832.656	-10.981.645	-119.029	-548.671	-125.740	-	-	-28.169.598
Variações de perímetro	-	-2.396.069	-6.525.107	-387.069	-1.120.908	-242.522	-330.652	-	-	-11.002.327
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	-	46.717.732	34.589.045	16.232.953	9.655.004	7.599.889	2.707.306	-	-	117.501.929
Valor líquido	16.318.830	31.993.289	11.183.922	38.465.098	776.708	1.100.880	1.239.199	1.621.521	-	102.699.447

2006	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Const.	Equip. Básico	Equip. de Transporte	Ferram. e Utensílios	Equipam. Admin.	Outras Imob. Corpóreas	Imobil. em Curso	Adiant. p/ conta imob. Corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	27.905.332	109.261.976	53.891.780	43.033.851	10.643.691	8.799.717	4.101.079	5.778.286	395.650	263.811.362
Adições	3.740.903	5.766.088	5.493.284	38.591.769	907.171	393.044	404.150	2.793.098	11.963	58.101.470
Alienações e abates	-4.885.397	-6.596.312	-549.323	-31.177.464	-191.292	-168.416	-109.874	-574.217	-	-44.252.295
Transferências	-3.843.872	-4.429.440	583.579	1.152.697	-69.575	-172.483	-36.668	-2.731.597	-243.039	-9.790.398
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	22.916.966	104.002.312	59.419.320	51.600.853	11.289.995	8.851.862	4.358.687	5.265.570	164.574	267.870.139
Amort. e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	-	59.568.417	37.557.197	13.976.061	9.729.952	7.733.128	2.656.917	-	-	131.221.672
Amortização do exercício	-	4.440.270	3.452.307	10.969.501	823.220	501.730	306.669	-	-	20.493.697
Alienações, abates e transferências	-	-4.091.049	-503.501	-8.979.345	-230.750	-327.706	-58.974	-	-	-14.191.325
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	-	59.917.638	40.506.003	15.966.217	10.322.422	7.907.152	2.904.612	-	-	137.524.044
Valor líquido	22.916.966	44.084.674	18.913.317	35.634.636	967.573	944.710	1.454.075	5.265.570	164.574	130.346.095
Activos detidos para venda	2.624.301	9.419.240	9.126.686	611.028	207.789	90.589	642.512	1.998.008	-	24.720.153
Valor líquido	20.292.665	34.665.434	9.786.631	35.023.608	759.784	854.121	811.563	3.267.562	164.574	105.625.942

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo transferiu o montante de 10.958.067 Euros do seu imobilizado corpóreo (das rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”) para a rubrica “Propriedades de investimento”, em virtude dos referidos imóveis terem cessado a sua utilização para o desenvolvimento da actividade operacional do Grupo, tendo passado a ser arrendados a entidades externas (Nota 8).

As “Variações de perímetro” incluem a alienação dos activos imobilizados das empresas que concentravam os negócios “não Toyota”, conforme referido na Nota Introdutória e na Nota 5, bem como a inclusão no perímetro de consolidação das empresas do Grupo Auto Partner (Nota 5).



8. Propriedades de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Proveitos financeiros” e ascenderam a 2.786.665 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 (822.423 Euros em 31 de Dezembro de 2006) (Nota 32).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas actuais, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 61,6 milhões de Euros.

O detalhe dos activos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser detalhado como segue:

Imóvel	Local	Dez 07		Dez 06	
		Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação
Instalações Fabris	V.N. Gaia	1.839.777	17.174.800	-	-
Instalações Fabris	Carregado	7.607.540	16.318.500	-	-
Armazem industrial	V.N. Gaia	1.352.223	13.710.800	-	-
Instalações Comerciais (a)	Vários locais	4.316.283	11.940.000	4.157.755	11.940.000
Terrenos não utilizados (a)	Vários locais	3.485.006	2.503.900	3.485.006	2.503.900
		18.600.828	61.648.000	7.642.761	14.443.900

(a) Estas avaliações são reportadas à data de 31 de Dezembro de 2006, em virtude do Conselho de Administração entender que as condições em que as mesmas foram efectuadas não sofreram alterações significativas que justificassem a sua actualização.

O aumento no montante registado na rubrica “Propriedades de investimento” refere-se a instalações que, em exercícios anteriores, se encontravam arrendadas às empresas que concentravam a actividade “não Toyota”, alienadas no exercício de 2007.

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação é determinado pela avaliação anual efectuada por uma entidade especializada independente – Sinergimo – Consultores de Gestão, Lda. (modelos do Método de mercado e Método do custo).



9. Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica era composta como segue:

	NÃO CORRENTES	
	Dez 07	Dez 06
Investimentos em empresas associadas		
Saldo em 1 de Janeiro	1.098.968	2.691.701
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício		874.322
Dividendos Recebidos		-466.564
Outras regularizações	-1.098.968	-79
	-	3.099.380
Activos detidos para venda		-2.000.412
Saldo em 31 de Dezembro	-	1.098.968
Investimentos disponíveis para venda		
Justo valor em 1 de Janeiro	16.967.025	12.774.764
Alienações durante o exercício	-1.157.097	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	-597.432	4.308.023
Outras regularizações	46.824	-74.271
Justo valor em 31 de Dezembro	15.259.320	17.008.516
Activos detidos para venda	-	-41.491
Saldo em 31 de Dezembro	15.259.320	16.967.025

Os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 15.100.951 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa, estando os mesmos registados ao seu justo valor. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

O montante registado em “Outras regularizações” na rubrica “Investimentos em empresas associadas” diz respeito ao investimento no Grupo Auto Partner, que no exercício de 2007 passou a ser objecto de consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 5).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo alienou a totalidade da participação financeira que detinha na Empresa “GE Capital Holding Portugal, S.A.”, da qual resultou uma menos-valia de 212.144 Euros.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios de 2007 e 2006 do registo dos “Investimentos disponíveis” para venda ao seu justo valor pode ser resumido como segue:

	Dez-07	Dez-06
Variação no justo valor	-597.432	4.308.023
Imposto diferido passivo (Nota 14)	158.319	-1.086.272
	-439.113	3.221.751

10. Existências

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez 07	Dez-06
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	21.524.900	14.805.795
Produtos e Trabalhos em Curso	6.638.221	9.869.319
Produtos Acabados e Intermédios	4.496.272	6.196.617
Mercadorias	79.847.661	69.250.201
	112.507.054	100.121.932
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 24)	-2.581.290	-5.023.768
	109.925.764	95.098.164

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi apurado como segue:

	Dez-07			Dez 06		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	78.255.060	19.531.478	97.786.538	79.239.858	17.020.992	96.260.850
Compras Líquidas	344.483.641	71.215.306	415.698.947	334.236.174	95.646.952	429.883.126
Variação de perímetro	9.004.859	4.725.683	13.730.542			
Existências Finais	79.847.661	21.524.900	101.372.561	78.255.060	19.531.478	97.786.538
Total	351.895.899	73.947.567	425.843.466	335.220.972	93.136.466	428.357.438
Activos detidos para venda	-	-	-	24.780.197	36.039.175	60.819.372
Total	351.895.899	73.947.567	425.843.466	310.440.775	57.097.291	367.538.066

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi apurada como segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	Dez 07	Dez 06
Existências finais	11.134.493	21.104.208
Variação de perímetro	9.521.678	-
Regularização de existências	-	-336.997
Existências iniciais	21.104.208	21.057.282
Total	-448.037	-290.071
Variação de produção de Activos detidos para venda	-	-515.871
	-448.037	-805.942

Os montantes apresentados como comparativos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 incluem as Existências classificadas na rubrica "Activos não correntes detidos para venda" naquele exercício.

11. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez 07	Dez 06	Dez 07	Dez 06
Clientes, conta corrente	70.378.701	71.746.563	3.756.566	4.400.995
Clientes, letras a receber	195.543	152.257	-	-
Clientes cobrança duvidosa	11.027.986	10.694.437	-	-
	81.602.230	82.593.256	3.756.566	4.400.995
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	-11.382.789	-11.330.336	-750.000	-2.498.141
	70.219.441	71.262.920	3.006.566	1.902.854

As contas a receber de Clientes classificadas como activos não correntes incluem o montante de 2.632.192 Euros (1.902.854 Euros em 31 de Dezembro de 2006) a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros). Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda o montante de 1.124.374 Euros a receber da entidade relacionada Salvador Caetano (Moçambique), S.A.R.L., para o qual se encontra registada uma perda de imparidade no montante de 750.000 Euros.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efectua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

Antiguidade de contas a receber

2007	Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade				
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	41.720.762	3.551.264	2.234.117	15.660.605	63.166.748
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	-	-
Funcionários	46.431	29.151	66.154	2.396.075	2.537.811
Concessionários Independentes	6.544.898	664.512	13.796	-	7.223.206
Frotistas	264.293	678	2.866	10.834	278.671
Total	48.576.384	4.245.605	2.316.933	18.067.514	73.206.436

2006	Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade				
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	45.143.768	4.294.731	1.893.253	12.553.445	63.885.197
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	-	-
Funcionários	176.703	41.992	16.488	1.880.768	2.115.952
Concessionários Independentes	7.385.993	308.987	42.447	63.098	7.800.525
Frotistas	-	-	-	-	-
Total	52.706.464	4.645.710	1.952.188	14.497.311	73.801.673

2007	Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade				
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	-	-	-	1.124.374	1.124.374
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	11.027.985	11.027.985
Funcionários	-	-	-	-	-
Concessionários Independentes	-	-	-	-	-
Frotistas	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	12.152.359	12.152.359

2006	Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade				
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	-	-	-	2.498.141	2.498.141
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	10.694.437	10.694.437
Funcionários	-	-	-	-	-
Concessionários Independentes	-	-	-	-	-
Frotistas	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	13.192.578	13.192.578

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

12. Outras Dívidas de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez 07	Dez 06	Dez 07	Dez 06
Empréstimos Empresas Associadas	-	2.237.339	-	-
Outras Empresas	-	-	-	1.111.072
Adiantamentos a fornecedores	23.038	33.690	-	-
Estado e outros entes públicos	836.607	1.592.610	-	-
Outros devedores	8.234.946	1.335.381	-	-
	9.094.591	5.199.020	-	1.111.072

A rubrica “Outros devedores” inclui o montante de, aproximadamente, 3,6 Milhões de Euros que corresponde a adiantamentos efectuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da actividade de retalho automóvel e que se estima que venham a ser suportados por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda o montante de, aproximadamente, 2,0 Milhões de Euros a receber da empresa relacionada Auto Partner III, SGPS, S.A.. Este montante encontra-se a vencer juros a taxas de mercado e não tem um plano de reembolso definido.

13. Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez 07	Dez 06
Acréscimos de proveitos		
Reclamações de Garantia	585.831	638.201
Bónus de Fornecedores	83.674	54.436
Seguros	81.640	133.434
Juros a receber	71.401	-
Rendas	49.273	686.657
Comparticipação em Frotas e Campanhas	32.851	85.253
Subsídios à formação	153.401	155.670
Consultoria	-	500.483
Outros	102.777	94.328
	1.160.848	2.348.462
Custos diferidos		
Juros de Papel Comercial	302.693	482.376
Seguros	207.698	286.969
Custos oficiais	149.516	151.366
Garantias	66.087	76.602
Outros	173.080	254.519
	899.074	1.251.832
Total	2.059.922	3.600.294

14. Impostos e Impostos Diferidos

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, podem ser resumidos como segue:

2007	Dez-06	Variações de perímetro	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	Dez-07
Impostos diferidos activos:					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.133.347	-	(263.505)	-	869.842
Prejuízos fiscais reportáveis	145.449	235.562	-	-	381.011
Responsabilidades por pensões	766.150	72.986	-	-	839.136
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de imobilizações	371.513	15.127	(37.070)	-	349.570
Anulação de custos diferidos	69.075	-	63.076	-	132.151
Valorização de instrumentos derivados	4.687	(4.687)	(3.446)	-	(3.446)
	2.490.221	318.988	(240.945)	-	2.568.264
Passivos por impostos diferidos :					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.360.193)	-	72.509	-	(1.287.684)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(697.974)	-	79.994	-	(617.980)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(301.159)	-	281.609	-	(19.551)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(55.006)	-	6.112	-	(48.894)
Efeito da conversão para os IFRS:					
Imputação do justo valor de investimentos financeiros (Nota 9)	(2.608.493)	-	-	158.319	(2.450.174)
	(5.022.825)	-	440.223	158.319	(4.424.283)
Efeito líquido (Nota 26)		318.988	199.278	158.319	

2006	Dez-05	Outras variações	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	Dez-06
Impostos diferidos activos:					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.407.723	-	(231.638)	-	1.176.085
Alteração taxa de tributação	-	-	(42.739)	-	(42.739)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.066.246	20.626	(935.934)	-	150.938
Alteração taxa de tributação	-	-	(5.489)	-	(5.489)
Responsabilidades por pensões	801.899	-		-	801.899
Alteração taxa de tributação	-	-	(29.160)	-	(29.160)
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de imobilizações	466.913	-	(42.487)	-	424.426
Alteração taxa de tributação	-	-	(32.834)	-	(32.834)
Anulação de custos diferidos	111.437	-	(27.579)	-	83.858
Alteração taxa de tributação	-	-	(3.893)	-	(3.893)
Valorização de instrumentos derivados	36.237	-	(28.826)	-	7.411
Alteração taxa de tributação	-	-	(1.318)	-	(1.318)
	3.890.455	20.626	(1.381.896)	-	2.529.185
Operações descontinuadas		(16.670)	55.634		38.964
Operações continuadas	3.890.455	37.296	(1.437.530)	-	2.490.221
Passivos por impostos diferidos :					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.507.995)	14.621	80.312	-	(1.413.062)
Alteração taxa de tributação	-	-	44.377	8.492	52.869
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(816.642)	-	92.329	-	(724.313)
Alteração taxa de tributação	-	-	26.339	-	26.339
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(353.099)	-	40.576	-	(312.523)
Alteração taxa de tributação	-	-	11.364	-	11.364
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	-	-	(55.006)	-	(55.006)
Efeito da conversão para os IFRS:					
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	(1.522.221)	-	-	(1.184.706)	(2.706.927)
Alteração taxa de tributação	-	-	-	98.434	98.434
	(4.199.957)	14.621	240.291	(1.077.780)	(5.022.825)
Efeito líquido - operações continuadas		51.917	(1.197.239)	(1.077.780)	

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2007, e com base nas últimas declarações fiscais entregues, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados activos por impostos diferidos eram como segue:

	Dez 07		Dez 06		
Com limite de data de utilização:	Prejuízo fiscal	Impostos dif. activos	Prejuízo fiscal	Impostos dif. activos	Data limite de utilização
Gerados em 2002					
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	581.796	145.449	581.796	145.449	2008
Gerados em 2005					
- Auto Partner SGPS SA	69.055	17.264	-	-	2011
- Auto Partner II, SA	481.169	120.292	-	-	2011
Gerados em 2006					
- Auto Partner SGPS SA	3.785	946	-	-	2012
- Auto Partner II, SA	388.237	97.059	-	-	2012
	1.524.042	381.011	581.796	145.449	



Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2007 as seguintes empresas do Grupo tinham prejuízos fiscais reportáveis os quais, numa óptica de prudência, não foram considerados no cálculo dos activos por impostos diferidos:

	Dez 07	Data limite de utilização
Gerados em 2003:		
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	65.744	2009
Gerados em 2004:		
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	641.587	2010
Gerados em 2005:		
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	315.793	2011
	1.023.124	

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos impostos correntes e diferidos foram as seguintes:

	Taxa de imposto	
	31.12.2007	31.12.2006
País origem da filial:		
Portugal	26,5%/25%	26,5%/25%
Cabo Verde	35,0%	35,0%
Inglaterra	30,0%	30,0%

Durante o exercício de 2007, algumas empresas do Grupo Toyota Caetano passaram a ser tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 63º e 64º do Código do IRC, com início de aplicação reportado a 1 de Janeiro de 2007.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2004 a 2007 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez 07	Dez 06
Numerário	124.296	477.207
Depósitos bancários	4.373.042	17.685.499
Equivalentes a Caixa	9.095	13.119
	4.506.433	18.175.825
Relativos a operações descontinuadas	-	9.369.977
	4.506.433	8.805.848



A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito no montante de, aproximadamente, 98 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

Em 31 de Dezembro de 2007, os recebimentos provenientes de investimentos financeiros foram como segue:

Montantes recebidos no âmbito da alienação de participações financeiras	
Transcom, SARL.	1
Salvador Caetano (Moçambique), SARL.	1
Salvador Caetano Espanha, S.A.	1.006.000
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	4.880.000
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	6.710.000
Contrac, GMBH	1.233.000
Global S, (SGPS), S.A.	1
Indicabo - Veículos Automóveis, Lda.	1
Salvador Caetano (UK), LTD	1
SC Coachbuilders, LTD	1
Forcabo - Veículos Automóveis, Lda.	712.000
Total dos negócios "não Toyota" (Nota 5)	14.541.006
GE Capital Holding Portugal, S.A. (Nota 9)	2.010.000
	16.551.006
Outros recebimentos	294.962
	16.845.968

16. Composição do Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A	60,00%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

17. Capital Próprio

Dividendos

Em 18 de Maio de 2007 foi pago um dividendo de 0,17 Euros por acção (dividendo total de 5.950.000 Euros). Em 25 de Maio de 2006, o dividendo pago foi de 0,10 Euros por acção (dividendo total de 3.500.000 Euros).

Em relação ao exercício de 2007, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo de 0,25 Euros por acção. Esta proposta está sujeita a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e não foi incluída como responsabilidade nas demonstrações financeiras. O montante total estimado de dividendos ascende a 8.750.000 Euros. O pagamento deste dividendo não terá quaisquer impactos fiscais para o Grupo.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

18. Interesses Minoritários

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi como segue:



	Dez 07	Dez 06
Saldo inicial em 1 de Janeiro	4.285.575	3.238.297
Outros	50.971	2.885
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	-400.541	1.044.393
	3.936.005	4.285.575

19. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da rubrica “Empréstimos” era como segue:

	Dez 07			Dez 06		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	88.097.194	2.000.000	90.097.194	100.669.500	8.000.000	108.669.500
Descobertos Bancários	7.975.092	-	7.975.092	2.060.786	-	2.060.786
Empréstimo Obrigacionista	-	-	-	3.750.000	-	3.750.000
Outros empréstimos	-	-	-	175.177	-	175.177
	96.072.286	2.000.000	98.072.286	106.655.463	8.000.000	114.655.463

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como segue:

2007				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
Não corrente				
Papel Comercial:				
Caetano Renting	2.000.000	2.000.000	31-03-2006	5 anos
Corrente				
Contas correntes caucionadas	40.900.000	88.960.000		
Descobertos bancários	7.975.092	8.650.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	8.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	27-11-2007	5 anos
Caetano Auto	3.997.194	4.000.000	30-08-2007	4 anos
	96.072.286	144.810.000		
	98.072.286	146.810.000		

2006	
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado
Não corrente	
Papel Comercial:	
Caetano Auto	6.000.000
Caetano Renting	2.000.000
	8.000.000
Corrente	
Contas correntes caucionadas	40.719.500
Descobertos bancários	2.060.786
Parcela de curto prazo de Outros empréstimos	11.925.177
Empréstimos Obrigacionistas	3.750.000
Papel comercial:	
Toyota Caetano Portugal	12.200.000
Toyota Caetano Portugal	10.000.000
Toyota Caetano Portugal	25.000.000
IPE	1.000.000
	106.655.463
	114.655.463

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 0,25% e 0,60%.

Relativamente ao programa de papel comercial em 31 de Dezembro de 2007 classificado como "não corrente", as respectivas emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite contratado, tendo a instituição financeira assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito do contrato, sendo igualmente intenção do Conselho de Administração utilizar aquele Programa num período superior a 12 meses.

Em 31 de Dezembro de 2007, o programa de papel comercial classificado como não corrente tinha o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

Dez 07	Taxa de juro média efectiva	2008	2009	2010	2011	Total
Papel comercial						
Amortização		-	-	-	2.000.000	2.000.000
Juros	4,75%	53.763	96.319	96.319	96.319	342.720
		53.763	96.319	96.319	2.096.319	2.342.720

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

21. Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:



	PASSIVOS CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez 07	Dez 06	Dez 07	Dez 06
Estado e outros Entes Públicos:				
Retenção de impostos sobre o Rendimento	421.412	407.027	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.100.053	9.298.652	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imp. estimado)	4.765.736	3.277.204	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (pag. por conta e ret. fonte)	-2.301.558	-2.063.146	-	-
Imposto Automóvel	3.638.877	3.600.923	-	-
Direitos aduaneiros	1.011.333	1.359.393	-	-
Contribuições para a Segurança Social	808.985	773.510	-	-
Outros	481.456	209.713	-	-
	15.926.294	16.863.276	-	-
Accionistas	1.260.047	28.021	-	-
Adiantamentos de Clientes	541.520	750.052	-	-
Fornecedores de Imobilizado, conta-corrente	827.859	840.141	2.516.915	1.238.696
Outros Credores	2.529.907	1.104.918	20.282	27.377
	21.085.627	19.586.408	2.537.197	1.266.073

A rubrica “Outros credores” inclui o montante de, aproximadamente, 1,2 Milhões de Euros a pagar à entidade “F.S., S.G.P.S., S.A.”, accionista das Empresas que constituem o Grupo Auto Partner.

A rubrica “Fornecedores de imobilizado” (Corrente e não corrente) inclui responsabilidades do Grupo como locatário, em contratos de locação financeira, relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como segue:

		Curto Prazo	Médio/longo prazo					
Contrato	Bem locado		2009	2010	2011	> 2011	TOTAL	TOTAL
4000007800	Equipamento Industrial							
	Capital	88.926	23.701	-	-	-	23.701	112.627
	Juros	4.371	200	-	-	-	200	4.571
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	64.746	68.058	71.540	75.200	1.016.985	1.231.783	1.296.529
	Juros	63.356	59.044	56.562	52.901	279.356	447.863	511.219
VNG002	Instalações comerciais							
	Capital	36.496	38.321	40.237	42.250	1.140.623	1.261.431	1.297.927
	Juros	62.658	60.832	58.916	56.904	533.962	710.614	773.272
	Total Capital	190.168	130.080	111.777	117.450	2.157.608	2.516.915	2.707.083
	Total Juros	130.385	120.076	115.478	109.805	813.318	1.158.677	1.289.062

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos activos locados.



22. Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	Dez 07	Dez 06
Acréscimos de custos		
Encargos com férias e subsídios de férias	6.473.592	5.594.722
Especialização de custos afectos a viaturas vendidas	2.662.649	2.397.613
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	1.086.435	1.655.988
Campanhas publicitárias e promoção vendas	916.202	499.592
Juros a liquidar	542.654	1.156.212
Seguros a liquidar	331.921	66.663
Custos “extracare” com garantias “Ótimo”	244.350	386.402
Royalties	193.775	106.698
Rendas	150.289	81.018
Comissões a liquidar	64.464	110.031
Reclamações de garantia	34.431	768.469
Outros	1.325.495	419.994
	14.026.258	13.243.402
Proveitos diferidos		
Juros debitados a clientes	190.018	252.639
Valor recebido da API, no âmbito do POE	537.370	439.527
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	525.970	338.572
Rappel	100.000	-
Outros	191.920	75.676
	1.545.278	1.106.414
Total	15.571.536	14.349.816

23. Responsabilidades por Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e 23 de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2007, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A.
- IPE – Indústria Produtora de Espumas, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo (ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) reportado a 31 de Dezembro de 2007, as responsabilidades por serviços passados ascendem a 40,3 milhões de Euros, as quais se encontram quase totalmente cobertas pelo valor patrimonial do Fundo (aproximadamente 34,6 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2007) e pelo valor registado na rubrica do balanço “Responsabilidades por pensões” no montante de 3,9 milhões de Euros. Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 88/90 e SuisseRe, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

Adicionalmente, durante o exercício de 2007 foi efectuada no Grupo Toyota Caetano uma dotação para reforço do Fundo de Pensões em apreço, que ascendeu a, aproximadamente, 840 milhares de Euros, a qual se encontra registada na rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

Gostaríamos no entanto de salientar que, face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de Dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 Janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões, inclui a manutenção de um regime de Plano de Benefícios Definido para os actuais reformados e ex-funcionários com direitos adquiridos, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados com mais de 50 anos e mais de 15 anos de serviço, sendo criado um novo grupo do qual farão parte todos os actuais colaboradores com menos de 50 anos e/ou menos de 15 anos de serviço, que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida. Este novo grupo (que passará a integrar o Plano de Contribuição Definida) representa, com base nos dados do estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2007, cerca de 20% das responsabilidades totais estimadas acima referidas.

Adicionalmente, o valor patrimonial do Fundo de Pensões em 31 de Dezembro de 2007 é suficiente para fazer face às responsabilidades estimadas para o Grupo dos beneficiários que se irão manter no Plano de Benefícios Definido, bem como assegura o nível mínimo de financiamento determinado pelo ISP para os colaboradores que serão integrados num Plano de Contribuição Definida.

Mais se informa que, no caso de esta pretensão do conjunto de Associados do Fundo não puder ser aceite por razões de ordem legal ou outras, não restará outra alternativa que não seja a liquidação do Fundo de Pensões Salvador Caetano nos termos constantes e definidos no seu Contrato Constitutivo.

Face ao acima referido, o Conselho de Administração da Toyota Caetano entendeu não proceder ao reforço adicional do Fundo de Pensões (através de dotações ou reforço de provisões) até ao montante das responsabilidades totais por serviços passados.

24. Provisões e Perdas por Imparidade Acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi o seguinte:

2007

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.141.702	-	-1.139.707	-	1.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	13.828.477	171.460	-1.867.148	-	12.132.789
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 10)	5.023.768	1.496.855	-3.939.333	-	2.581.290
Provisões	1.960.090	2.067.812	-90.000	-1.810.000	2.127.902

2006

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total	Provisões afectas a activos detidos para venda	Saldos Finais
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.441.529	81.015	-	-6.744	1.515.800	374.098	1.141.702
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	17.600.833	331.089	-63.499	-298.290	17.570.133	3.741.656	13.828.477
Perdas de imparidade acumuladas em existências	6.634.613	726.588	-868.186	275.155	6.768.170	1.744.402	5.023.768
Provisões	2.074.250	1.822.920	-490.784	-1.433.376	1.973.010	12.920	1.960.090



A totalidade do aumento da rubrica "Provisões" ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados "Custos com o pessoal". A coluna "Outras regularizações" da rubrica "Provisões" diz respeito ao pagamento de gratificações aos colaboradores no exercício de 2007, em função da performance atingida no exercício de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da rubrica "Provisões" é como se segue:

Descrição	Dez 07	Dez 06
Gratificações aos colaboradores	2.067.812	1.810.000
Contingências fiscais	60.090	150.090
	2.127.902	1.960.090

25. Compromissos Financeiros Assumidos e Não Incluídos no Balanço Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	Dez-07	Dez-06
Por Letras Descontadas	31.701	49.526
Por Créditos Abertos	172.069	183.544
Por Fianças Prestadas	17.507.880	20.366.510
	17.711.650	20.599.580

Dos montantes apresentados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 relativos a "Fianças Prestadas", o montante de 10.700.000 Euros refere-se a caução prestada à Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

26. Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são detalhados como segue:

	Dez 07	Dez 06
Imposto corrente (Nota 21)	4.765.736	3.277.204
Imposto diferido (Nota 14)	(199.278)	1.197.239
	4.566.458	4.474.443

27. Resultados por Acção

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	Dez 07	Dez 06
Resultado básico		
- operações continuadas	9.314.755	14.801.121
- operações descontinuadas	1.810.601	603.552
Resultado diluído		
- operações continuadas	9.314.755	14.801.121
- operações descontinuadas	1.810.601	603.552
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)		
de operações continuadas	0,266	0,423
de operações descontinuadas	0,052	0,017

Durante os exercícios de 2007 e 2006 não ocorreu qualquer alteração ao número de acções.



28. Informação por Segmentos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

2007

POR NEGÓCIO INDUSTRIAL E NÃO INDUSTRIAL	Industrial		Não Industrial		Eliminações	Consolidado
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Mercado Nacional	Mercado Externo		
RÉDITOS						
Vendas e prestações de serviços externas	74.299.118	37.703.180	646.130.641	27.957.629	-240.560.759	545.529.809
Vendas inter-segmentais						
Réditos Totais	74.299.118	37.703.180	646.130.641	27.957.629	-240.560.759	545.529.809
RESULTADOS						
Resultados segmentais e inter-segmentais	-1.880.900	3.535.681	32.489.882	1.649.398	-4.988.502	30.805.559
Gastos da empresa	72.795.894	42.414.493	663.293.169	26.412.390	-244.630.263	560.285.683
Resultados Operacionais	-377.676	-1.175.632	15.327.354	3.194.637	-918.998	16.049.685
Custos - juros	1.564.104	306.361	4.525.869	137.818	-467.408	6.066.744
Proveitos - juros	27.459		2.345.096		1.525.717	3.898.272
Parte de lucros líquidos em associadas						
Impostos s/ os lucros	-123.265		4.581.418	743.655	-635.350	4.566.458
Resultados de actividades ordinárias	-1.791.056	-1.481.993	8.565.163	2.313.164	1.709.477	9.314.755
Resultado de operações descontinuadas	1.810.601					
Resultado líquido com Interesses Minoritários	19.545	-1.481.993	8.565.163	2.313.164	1.709.477	9.314.755
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	125.257.461		209.163.973	3.443.663	-54.858.520	283.006.577
Investimento em Associadas						
Activos da empresa	39.519.215		68.446.928	4.984.060	-57.606.185	55.344.018
Activos totais consolidados	164.776.676		277.610.901	8.427.723	-112.464.705	338.350.595
Passivo da empresa	84.725.928		169.493.514	1.194.624	-60.219.422	195.194.644
Passivos totais consolidados	84.725.928		169.493.514	1.194.624	-60.219.422	195.194.644
Dispêndios de capital fixo	8.895.689		11.435.093	102.279	-11.795.301	8.637.760
Depreciações	12.352.373		8.991.753	175.629	-2.016.700	19.503.055

2006

Por Negócio Industrial e Não Industrial	Industrial		Não Industrial		Eliminações	Consolidado
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Mercado Nacional	Mercado Externo		
RÉDITOS						
Vendas e prestações de serviços externas	95.210.168	105.341.237	550.394.355	66.506.054	-236.947.003	580.504.811
Vendas inter-segmentais						
Réditos Totais	95.210.168	105.341.237	550.394.355	66.506.054	-236.947.003	580.504.811
RESULTADOS						
Resultados segmentais e inter-segmentais	407.907	4.605.882	36.431.506	3.463.581	-7.569.903	37.338.973
Gastos da empresa	93.961.913	107.605.420	571.544.281	64.880.577	-247.394.125	590.598.066
Resultados Operacionais	1.656.161	2.341.698	15.281.580	5.089.058	2.877.219	27.245.717
Custos – juros	2.025.443	1.468.812	3.890.461	1.793.978	-543.440	8.635.254
Proveitos – juros	36.488	289.309	1.061.976	131.495	-174.748	1.344.520
Parte de lucros líquidos em associadas					874.323	874.323
Impostos s/ os lucros	80.867	45.695	3.374.022	1.259.541	664.509	5.424.634
Resultados de actividades ordinárias	-413.662	1.116.501	9.079.074	2.167.034	3.455.726	15.404.673
Resultado líquido com Interesses Minoritários	-413.662	1.116.501	9.079.074	2.167.034	3.455.726	15.404.673
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	140.961.086	17.366.731	180.391.520	22.021.978	-91.184.245	269.557.071
Investimento em Associadas					3.099.380	3.099.380
Activos da empresa	51.773.875	14.337.794	97.045.852	19.642.717	-64.789.199	118.011.039
Activos totais consolidados	192.734.962	31.704.525	277.437.372	41.664.695	-152.874.064	390.667.490
Passivo da empresa não imputados	106.766.046	27.509.482	171.943.403	24.174.677	-78.525.649	251.867.958
Passivos totais consolidados	106.766.046	27.509.482	171.943.403	24.174.677	-78.525.649	251.867.958
Dispêndios de capital fixo	17.953.891	3.101.877	-757.165	1.778.166	-3.186.463	18.890.307
Depreciações	13.337.639	288.884	8.554.124	681.169	-1.546.801	21.315.015
Resultado líquido com Interesses Minoritários						
Operações continuadas	-1.225.392	-2.875.634	9.079.074	1.555.206	8.267.869	14.801.121
Operações descontinuadas	811.730	3.992.135		611.828	-4.812.141	603.552

O segmento industrial inclui a actividade de montagem de viaturas comerciais (“Dyna e Hiace”) e de autocarros (Instalações fabris localizadas em Ovar), a actividade de produção de espumas e componentes relacionados para viaturas automóveis e autocarros, bem como as operações de aluguer de automóveis sem condutor, tendo em conta o Decreto-lei nº 28/74 de 31 de Janeiro que assim considera aquele regime de exploração.

No segmento não industrial encontra-se essencialmente reflectida toda a actividade de importação, distribuição e comercialização de viaturas automóveis e peças.

29. Número Médio de Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo Toyota Caetano foi o seguinte:

Pessoal	Dez 07	Dez 06
Empregados	1.458	1.677
Assalariados	644	1.259
	2.102	2.936

A diminuição no número médio de pessoal deve-se à alienação dos negócios “não Toyota”, conforme referido na Nota Introdutória e na Nota 5.

30. Vendas e Prestações de Serviços por Mercados Geográficos e Actividade

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foi como segue:

Mercado	Dez 07		Dez 06	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	490.836.338	89,97%	434.900.023	89,73%
Alemanha	2.082.977	0,38%	242.665	0,05%
Reino Unido	1.733.725	0,32%	14.078.893	2,90%
Espanha	1.735.341	0,32%	-	0,00%
Palop's	12.736.717	2,33%	10.688.453	2,21%
Outros Mercados	36.404.711	6,67%	24.783.182	5,11%
	545.529.809	100,00%	484.693.216	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como segue:

Actividade	Dez-07		Dez-06	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	451.743.547	82,81%	407.916.305	84,16%
Peças	56.788.800	10,41%	50.539.485	10,43%
Reparações	17.950.964	3,29%	14.601.311	3,01%
Outros	19.046.498	3,49%	11.636.115	2,40%
	545.529.809	100,00%	484.693.216	100,00%

31. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outros proveitos operacionais" tem a seguinte composição:

Outros proveitos operacionais	Dez 07	Dez 06
Recuperação de garantias (Toyota)	6.341.363	7.412.594
Mais - valias na alienação de imobilizado corpóreo	3.754.483	5.359.877
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	3.406.486	3.575.225
Aluguer de equipamento	2.758.524	816.034
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	2.670.958	3.457.323
Recuperação de despesas de transporte	2.155.803	2.341.987
Serviços prestados	1.837.749	3.006.217
Recuperação de liquidações fiscais (Nota 34)	1.035.077	-
Subsídios à exploração	910.751	1.427.725
Outros	6.581.681	4.401.156
Total	31.452.875	31.798.138

32. Demonstrações Consolidadas de Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Dez 07	Dez 06
Juros Suportados	5.295.975	6.425.906
Perdas relativas a empresas associadas	-	9.551
Outros custos e perdas financeiros	770.769	421.223
Resultados financeiros	-2.168.472	-5.582.600
	3.898.272	1.274.080



Proveitos e Ganhos	Dez 07	Dez 06
Juros Obtidos	860.522	441.536
Rendimentos de Imóveis (Nota 8)	2.786.665	822.423
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	251.085	10.121
	3.898.272	1.274.080

33. Entidades Relacionadas

Os saldos e transacções entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transacções entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como segue:

Empresa	Produtos		Imobilizado	Serviços	
	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA	(335.324)	210.868	52.401	(60.983)	6.053
ALBITIN- CIMFT, LDA	-	357.852	7.281	(2.286)	2.723
AUTO COMERCIAL OURO, SA	(27.335)	327.295	370.600	(94.964)	(150.913)
AUTO PARTNER III, SGPS	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	-	-	-	-	371.709
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS,LDA	77.094	671.575	-	(6.009)	119.857
AUTOVAGA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(151)	-	-	-	78.876
AUTO-VÍSTULA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(679)	39.091	241.891	-	(79.991)
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(5.453.957)	1.063.671	1.567	(54.949)	196.751
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	-	-	-	(14)	128.162
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAIS,SA	(90.198)	(9.584)	-	(26.166)	462.946
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	(256.988)	5.213.178	72.753	(20.827)	229.784
CAETSU PUBLICIDADE,SA	(86.268)	186	-	(1.691)	7.474.604
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	-	-	-	-	375.781
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(62.430)	21.731	-	-9.034	-
CARVEGA-COMERCIO AUTOMOVEI,SA	-	367.314	-	-	1.975
CARWEB-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(263)	-	-	(81)	-
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	-	-	-	-	135.293
CHOICE CAR , SA	(333.793)	-	-	(129.689)	65.152
CIMÓVEL-FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB. FECHADO	-	-	-	-	28.652
CITYPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(122.741)	332.327	155.958	(112.584)	(21.745)
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	(2.074)	-	686.909	(36.019)	238.478
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, SA	(45.202)	1.425	-	(7.561)	517.430
DICUORE - DECORAÇÃO, SA	-	-	-	(275)	59.076
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	-	-	-	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA	(55.911)	977.661	627.327	(905.996)	209.053
FERTOTA,SA	-	45.000	-	-	-
FERWAGEN,SL	-	4.705	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	(60.820)	-	-	(215.239)	185.079
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQ. E TINTAS, SA	(61)	81.500	5.531	(5.231)	59.188
GLOBAL S - CENTRO COMERCIAL, LDA.	-	-	-	-	-
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	(6)	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	(23.758)	-	-	(1.714)	442.258
INTERSTORIL PARTICIPAÇÕES ,SA	-	-	-	-	-
INTERVAGA,COMÉRCIO DE VEICULOS E PEÇAS,LDA	-	-	-	-	-



Empresa	Produtos		Imobilizado	Serviços	
	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	(56.637)	402.999	36.720	(3.001)	206.108
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES , SA	(1.901.239)	-	-	-	-
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS,SA	(848.004)	-	-	-	119.568
NOVEF - SGPS SA	-	-	-	(40)	-
NOVO MAR - SGPS, S.A.	-	-	-	-	-
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, SA	(3.185)	-	-	(2.383)	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	(46.816)	-	-	(1.496)	1.366.862
PREMIUM FER,SA	-	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	-	-	-	(67)	231.672
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	3.451	1.320	17.426	(310)	3.982.927
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	-	-	-	-	28.058
SALVADOR CAETANO ESPANHA, SA	(1.453.045)	-	-	-	41.973
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(1.810)	108.000	-	-	2.271
SETUVEGA-REPARAÇÃO AUTOMÓVEL,SA	-	-	-	-	5.397
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	(177)	12.008	185.770	(39.025)	(10.029)
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	(17.132)	-	-	(761)	550
SOC. IMOBILIÁRIA QUINTA DA FUNDEGA, S.A.	-	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	(14.558)	-	-	(149)	8.106
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	(13.367)	-	-	(1.671)	101.281
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	-	-	-	(2.346)	(15.019)
TURISPAIVA-SOC.TURISTICA PAIVENSE,SA	-	-	-	-	2.655
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	(344)	35.178	78.012	(803)	381
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	-	-	-	-	-
Total	(11.233.729)	10.265.300	2.540.147	(1.743.365)	17.208.997



Empresa	Prov Supl	Juros		Extraordinaários		Outros	
	Prestados	Proveito	Custo	Proveito	Custo	Proveito	Custo
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA	(54.424)	-	-	-	-	-	(126)
ALBITIN- CIMFT, LDA	(5.509)	-	-	-	-	-	-
AUTO COMERCIAL OURO, SA	(23.944)	-	-	(24.499)	1.484	-	(126)
AUTO PARTNER III, SGPS	-	-	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	-	(3.213)	-	(12.224)	-	-	-
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS,LDA	(33.508)	(5.482)	-	(34.197)	-	-	(3.927)
AUTOVAGA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(39.632)	-	-	-	-	-	(126)
AUTO-VÍSTULA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(11.899)	-	-	-	-	-	(16.651)
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(180.038)	(169.328)	-	(288)	745	-	-
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	(6.627)	-	-	-	-	-	-
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAIS,SA	(1.146.917)	-	-	-	-	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	(2.056.558)	-	-	-	22	-	-
CAETSU PUBLICIDADE,SA	(267.226)	-	-	-	-	-	-
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	-	-	-	-	-	-	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	-	-	-	-	-	-	-
CARVEGA-COMERCIO AUTOMOVEL,SA	(550)	-	-	-	-	-	(1.453)
CARWEB-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(250)	-	-	-	-	-	(3.429)
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	-	-	-	-	-	-	-
CHOICE CAR , SA	-	-	-	-	-	-	(126)
CIMÓVEL-FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB. FECHADO	-	-	-	-	-	-	-
CITYPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(134.805)	(44.614)	-	-	(94.345)	-	(279)
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	(18.262)	-	-	-	-	-	-
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, SA	(26.091)	-	-	(156.474)	5.394	-	62.204
DICUORE - DECORAÇÃO, SA	(55.351)	-	-	-	-	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	(299)	-	-	-	-	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA	(81.677)	-	-	-	-	-	-
FERTOTA,SA	-	-	-	-	-	-	-
FERWAGEN,SL	-	-	-	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	767	-	-	-	-	-	-
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQ. E TINTAS, SA	(761)	-	-	-	-	-	-
GLOBAL S - CENTRO COMERCIAL, LDA.	-	-	-	-	-	-	-
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	(362)	-	-	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	-	-	-	-	-	-	-
INTERSTORIL PARTICIPAÇÕES ,SA	(3.311)	-	-	-	-	-	-
INTERVAGA,COMÉRCIO DE VEICULOS E PEÇAS,LDA	(311)	-	-	-	-	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	(4.157)	(24.852)	-	-	-	-	20.820
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES , SA	-	-	-	-	-	-	-
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS,SA	(21.829)	-	-	-	-	-	(126)
NOVEF - SGPS SA	-	-	-	-	-	-	-
NOVO MAR - SGPS, S.A.	(15.236)	-	-	-	-	-	-
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, SA	-	-	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	(3.128)	-	-	-	-	-	-
PREMIUM FER,SA	-	-	-	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	(103)	-	-	-	-	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	(266.680)	-	-	-	-	-	-

	Prov Supl	Juros		Extraordinaários		Outros	
Empresa	Prestados	Proveito	Custo	Proveito	Custo	Proveito	Custo
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	-	-	-	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO ESPANHA, SA	-	-	-	-	-	-	-
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(5.857)	-	-	-	-	-	-
SETUVEGA-REPARAÇÃO AUTOMÓVEL,SA	-	-	-	-	-	-	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	(3.238)	-	-	-	-	-	(126)
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	(348)	-	-	-	-	-	-
SOC. IMOBILIÁRIA QUINTA DA FUNDEGA, S.A.	(72)	-	-	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	(100)	-	-	-	-	-	-
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	(4.176)	-	(16)	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	(1.239)	-	-	-	-	-	-
TURISPAIVA-SOC.TURISTICA PAIVENSE,SA	-	-	-	-	-	-	-
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	(581)	-	-	-	-	-	(126)
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	(250)	-	-	-	-	-	(126)
Total	(4.474.536)	(247.489)	(16)	(227.682)	(86.700)	-	56.276

	Dívidas Comerciais		Empréstimos		Outras Dívidas	
Empresas	A receber	A pagar	Concedidos	Obtidos	A receber	A pagar
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA	1.010.208	244.194	-	-	-	-
ALBITIN, LDA.	8.239	84.772	-	-	-	-
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	338	-	-	-	-	-
ATLÂNTICA - COMP. PORTUGUESA DE PESCA, SA	5.111	-	-	-	-	-
AUTO COMERCIAL OURO, SA	202.986	32.036	-	-	-	-
AUTO PARTNER III, SGPS	84.770	44.979	1.147.617	1.202.946	867.898	-
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	4.231	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS,LDA	151.640	160.312	-	-	13.628	-
AUTOVAGA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	3.887	156.603	-	-	-	-
AUTO-VÍSTULA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	125.867	27.320	-	-	-	-
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	493.425	167.970	-	-	-	-
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	17.923	212.808	-	-	-	-
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAIS,SA	414.780	158.028	-	-	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	168.426	398.307	-	-	-	-
CAETSU PUBLICIDADE,SA	63.447	775.413	-	-	-	-
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	-	188.281	-	-	5.000	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	123.936	67.135	-	-	-	-
CARVEGA-COMERCIO AUTOMOVEL,SA	6.308	-	-	-	-	-
CARWEB-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	546	-	-	-	-	-
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	120	52.610	-	-	-	-
CHOICE CAR, SA	1.648	-	-	-	-	-
CIBERGUIA - INTERNET MARKETING, SA.	9.954	-	-	-	-	-
CIMÓVEL-FUNDO DE INVESTIMENTO IMOB. FECHADO	-	(3.613)	-	-	-	206.734
CITYPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	776.404	87.248	-	-	-	-
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	193.537	1.265.880	-	-	619.714	-
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, SA	196.008	322	-	-	-	-
DICUORE - DECORAÇÃO, SA	66.905	47.599	-	-	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	362	-	-	-	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA	544.191	50.968	-	-	-	-



Empresas	Dívidas Comerciais		Empréstimos		Outras Dívidas	
	A receber	A pagar	Concedidos	Obtidos	A receber	A pagar
FERTOTA,SA	37	-	-	-	-	-
FERWAGEN,SL	229	7.644	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	194.909	9.892	-	-	-	-
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQ. E TINTAS, SA	141	29.333	-	-	-	-
GLOBAL S - CENTRO COMERCIAL, LDA	-	7	-	-	-	-
GLOBAL S (SGPS), SA	205	164	-	-	-	-
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	513	-	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	127.135	182.261	-	-	-	-
INTERSTORIL PARTICIPAÇÕES ,SA	21.616	-	-	-	-	-
INTERVAGA,COMÉRCIO DE VEICULOS E PEÇAS,LDA	-	1.297	-	-	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	9.866	328.976	-	-	-	-
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES , SA	-	-	-	-	-	-
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS,SA	215.920	77.354	-	-	-	-
NOVEF - SGPS SA	19.500	-	-	-	-	-
NOVO MAR - SGPS, S.A.	6.610	-	-	-	-	-
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, SA	17.772	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	3.903	4.646	-	-	-	-
PREMIUM FER,SA	207.200	-	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	355	36.295	-	-	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	148.949	1.235.367	-	-	21.046	953
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	-	13.230	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO (MOÇAMBIQUE), SARL	1.124.374	-	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO ESPANHA, SA	500.056	-	-	-	-	-
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	46.980	47.679	-	-	-	-
SETUVEGA-REPARAÇÃO AUTOMÓVEL,SA	-	-	-	-	-	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	41.309	52.887	-	-	-	-
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	26.839	666	-	-	-	-
SOCIEDADE SOARES DA COSTA, S.A.	30.451	-	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	18.716	1.915	-	-	-	-
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	30.687	453	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	76.433	9.528	-	-	-	-
TURISPAIVA-SOC.TURISTICA PAIVENSE,SA	-	2.510	-	-	-	-
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	1.490	43.026	-	-	-	-
VDR SGPS,SA	21.181	-	-	-	-	-
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	420	-	-	-	-	-
Total	7.568.994	6.304.303	1.147.617	1.202.946	1.527.286	207.686

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foi efectuada a preços de mercado. Existe uma perda de imparidade registada em exercícios anteriores relativa a contas a receber de entidades relacionadas, referente à S.C. Moçambique, num montante de 750.000 Euros (Nota 11).

34. Activos e Passivos Contingentes

Liquidações de Impostos:

Na sequência de expectativas manifestadas neste mesmo ponto do Anexo de exercícios anteriores, foi durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 recuperado o valor de 1.035.077 Euros, registado na rubrica “Outros proveitos operacionais” referente a liquidações adicionais sobre o exercício de 1996, em devido tempo pagas e com decisão judicial favorável agora cumprida pela Administração Fiscal (Nota 31).

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações



adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995, 1998 e 1999, continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, no valor de 1.308.711 Euros, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 2001 e 2002 recebeu-se durante 2007, coimas relacionadas com IVA no montante de 90.000 Euros, para as quais tinha sido constituída nos exercícios anteriores uma provisão (Nota 24).

Em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como custo, para a qual a Empresa se encontra a elaborar contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correcção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica "Outros custos operacionais".

35. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. nos exercícios de 2007 e 2006 foram como segue:

Órgãos Sociais	Dez' 07	Dez' 06
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	955.658	871.707
Remuneração variável	252.287	264.000

36. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 19 de Março de 2008.

37. Informação Relativa à Área Ambiental

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

38. Veículos em Fim de Vida

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e à correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Salvador Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.



Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.



Relatórios de Auditoria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Toyota Caetano Portugal, S.A. e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 338.350.595 Euros e capitais próprios de 143.155.951 Euros, incluindo um resultado líquido de 11.525.897 Euros, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa:

- (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa;
- (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados;
- (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas



constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 19 de Março de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves



Toyota Caetano Portugal, S.A.